

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA MIGRAÇÃO RURAL

- O CASO DE INGÁ - PB.

ANGELA MARIA MOTA DE FIGUEIREDO PORTO

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA MIGRAÇÃO RURAL

- O CASO DE INGÁ - PB.

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Economia Rural

Ramón Peña Castro

Orientador

CAMPINA GRANDE

FEVEREIRO DE 1984



P853a Porto, Ângela Maria Mota de Figueiredo.
Aspectos econômicos e sociais da migração rural : o caso de Ingá - PB / Ângela Maria Mota de Figueiredo Porto. - Campina Grande, 1984.
84 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1984.
"Orientação : Prof. Ramón Peña Castro".
Referências.

1. Migração Rural - Ingá-PB. 2. Êxodo Rural - Aspectos Sócio-Econômicos. 3. Economia Política. 4. Dissertação - Economia. I. Castro, Ramón Peña. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 314.15(813.3)(043)

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA MIGRAÇÃO RURAL

- CASO DO INGÁ - PB.

Angela Maria Mota de Figueiredo Porto
ANGELA MARIA MOTA DE FIGUEIREDO PORTO

TESE APROVADA EM

RAMÓN PEÑA CASTRO

Orientador

COMPONENTE DA BANCA

COMPONENTE DA BANCA

CAMPINA GRANDE

FEVEREIRO DE 1984

Aos meus filhos, Duina, Catarina
e Fernando Américo, pelos momentos
com eles não vividos. A Fernando
pelo apoio, compreensão e estímulo.

Agradeço aos entrevistados e a todos aqueles que colaboraram para este trabalho, especialmente a minha mãe, que neste período muitas vezes assumi o meu papel de mãe; a Fernando Porto e em particular a Cláudio Porto, pela revisão do texto. Ao meu orientador, Ramón Peña Castro, com muito carinho agradeço, pela dedicação, disciplina, paciência e sobretudo pelas críticas na elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	3
I - MIGRAÇÃO E CAPITALISMO DEPENDENTE	7
- O Conceito de Migração	8
- Superpopulação relativa ou "exército industrial de reserva"	9
- Características Principais do Mercado de Trabalho no Brasil	14
II - INGÁ: ECONOMIA, SOCIEDADE E ÊXODO RURAL	20
- Características Geográficas	21
- População	26
- Estrutura Fundiária	34
- Uso da Terra	37
- Produção Agrícola	42
- Emprego e Relações de Trabalho	46
III - A "PERIFERIA" POR DENTRO E POR FORA	50
- Pesquisa de Campo	51
- Descrição do Método de Pesquisa Empregado	54
- Resultados da Pesquisa	55
- Interpretação dos Dados	62
- Natureza e Funções da "Periferia" do Ingá	65
IV - RESUMO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
BIBLIOGRAFIA	76
ANEXO	85

RELAÇÃO DE MAPAS, FIGURAS E TABELAS

MAPAS:

Mapa 1 - Paraíba: Município e Micro-regiões	22
Mapa 2 - Município do Ingá	23
Mapa 3 - Distribuição Hierarquizada do Clima	25

FIGURAS:

Figura 1 - Movimento Geral de Oferta de Trabalho	18
Figura 2 - Força de Trabalho Rural	19
Figura 3 - Ingá: População Urbana, Rural e Assalariada. Evolução Recente e Tendências	33

TABELAS:

Tabela II-1 - Ingá: Índices Pluviométricos Médios	24
Tabela II-2 - Ingá: Área Densidade Demográfica	27
Tabela II-3 - Ingá: População Residente por Sexo e por Grupos de Idades, Percentagem da Popula- ção por Grupos de Idades e Taxa Média Ge- ométrica de Incremento Anual - 1970-1980	28
Tabela II-4 - Ingá: Pessoas Economicamente Ativas por Setor de Atividade - 1980	30
Tabela II-5 - Ingá: Distribuição e Variações da Popula- ção Urbana e Rural no Município do Ingá, na Paraíba e no Nordeste - 1970 e 1980..	31
Tabela II-6 - Ingá: Distribuição dos Imóveis por Cate- goria - 1972 e 1982	35
Tabela II-7 - Ingá: Estabelecimentos Segundo Grupos de Áreas - 1972-1982.....	38

Tabela II-8 - Ingá: Classificação das Terras Segundo a sua Utilização - 1972 e 1982	39
Tabela II-9 - Ingá: Efetivo dos Rebanhos e Crescimento Relativo - 1973 - 1980.....	41
Tabela II-10- Ingá: Produção Animal - 1973-1980.....	43
Tabela II-11- Ingá: Principais Culturas Temporárias - 1980	44
Tabela II-12- Ingá: Produção Agrícola: Dimensões e Va- riações - 1974 e 1980	45
Tabela II-13- Ingá: Evolução do Emprego Rural - 1972 e 1980	47

APRESENTAÇÃO

O tema central desta dissertação é o êxodo rural nordestino, tal como se configura no município de Ingá-PB. Trata dos mecanismos que relacionam a migração rural com as estruturas econômicas e sociais da região.

O trabalho tem embasamento teórico na Economia Política e nas propostas histórico-estruturais que explicam o problema da migração rural nordestina como parte do processo de reprodução do sistema econômico global.

Formalmente, a dissertação compõe-se de uma introdução e quatro capítulos.

A Introdução, explica a escolha do tema, os objetivos do trabalho e as principais características do método de pesquisa utilizado.

O Capítulo I, trata do problema da migração de mão-de-obra no capitalismo dependente. Procura mostrar a existência de um problema teórico, socialmente relevante para o conhecimento da economia e da sociedade nordestina e brasileira de hoje. Busca uma explicação que dê conta da natureza interna e das formas principais de migração de mão-de-obra rural e que seja ao mesmo tempo coerente com um quadro

conceitual adotado.

O Capítulo II, construído sobre os elementos teóricos analisados anteriormente, mostra o funcionamento do mercado de trabalho do Ingá. Analisa as causas estruturais da superpopulação trabalhadora de base rural. Define a origem, as funções e a significação da "periferia", como uma manifestação específica da migração de base rural na presente fase de desenvolvimento da economia brasileira.

O Capítulo III, apresenta e discute os resultados da pesquisa de campo, baseada numa amostra com questionários destinados a reconhecer as características da população migrante, localizada na "periferia".

O Capítulo IV, último, contém conclusões de ordem geral. Relaciona a crise do modelo de acumulação monopolista dependente e a ausência de políticas com autêntico sentido social, com o aumento dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais e com o agravamento subsequente do problema do desemprego e da migração rural.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado tem por tema central a migração nordestina, tipificada no caso de Ingá. A questão básica estudada é a superpopulação trabalhadora de base rural: as vias através das quais as estruturas econômicas e sociais da região determinam a dimensão e as formas de superpopulação relativa do setor rural.

O interesse pelo tema, nasceu na prática de pesquisa realizada em 1980, no município paraibano de Ingá. Com 345Km² de superfície e quase 20.000 habitantes, sem contar com atividades industriais propriamente ditas, o município de Ingá registra, quase 1/3 parte da sua população na área urbana. Dessa população urbana, boa parte está localizada na chamada "periferia" da cidade; são habitantes que, na sua maioria, foram expulsos das atividades agrícolas permanentes. A "periferia" aparece, assim, como cenário e expressão mais visível da migração rural.

A migração rural identificada na "periferia" urbana do Ingá, representa um desenraizamento definitivo de importantes contingentes de população originariamente rural, gerando uma redução absoluta da principal força de produção do setor rural e da economia global da região. Esta forma de redução da superpopulação relativa rural, aplicada em

contexto mais amplo, envolvendo a Paraíba e mesmo o Nordeste, longe de equilibrar, aprofunda mais ainda a defasagem da região em relação a outras áreas do País, porque implica em um esvaziamento de capital humano nas suas faixas mais ativas, sem qualquer contrapartida para compensar a perda de potencial produtivo. Por isso, a identificação das causas e implicações econômico-sociais da migração rural é necessária para compreender, em toda sua complexidade, o problema mais amplo do subdesenvolvimento econômico do Nordeste. O reconhecimento da dimensão global do problema da migração rural nordestina, entretanto, não significa que se pretenda abordar no âmbito deste trabalho todas as suas conotações.

A partir do momento em que se reconhece que o problema do êxodo rural nordestino tem que ser explicado como parte do processo geral de reprodução do sistema econômico e social brasileiro, pode-se isolar o fenômeno do êxodo rural para analisar uma das suas manifestações no município do Ingá - PB, como objeto geral da pesquisa.

Neste objeto geral de pesquisa preponderam os aspectos econômicos e sociais da migração rural.

Para estabelecer a relação causal entre migração rural e estruturas econômicas e sociais, pesquisam-se os mecanismos que relacionam os processos migratórios com a organização da propriedade fundiária, com os modos de produção e de distribuição no Ingá. Procura-se, ao mesmo tempo, desvendar as consequências da expulsão de forças de trabalho "excedentes"

para a economia e a sociedade, em especial, para as condições de vida da população trabalhadora e para a estrutura do mercado de trabalho regional.

A perspectiva metodológica inserida nesses objetivos, implica na rejeição das explicações subjetivistas que consideram a migração de mão-de-obra como simples ato de escolha individual. As atitudes individuais dos migrantes nordestinos, são consideradas, neste trabalho, como resultados do impiedoso ditame da estrutura econômica que exclui da atividade econômica, grande parte da força de trabalho disponível. Neste caso o "determinismo econômico" aparece cru e nu, sem intermediações que possam desfigurar a sua gravidade.

Conceitualmente, o trabalho baseia-se na Economia Política Clássica, nas teorias do capitalismo monopolista e no subdesenvolvimento dependente dos países tardiamente industrializados. Os conceitos teóricos entretanto, não são utilizados como "receitas" dogmáticas, mas como referências metodológicas para interpretar corretamente a realidade em estudo. Assim, por exemplo, o trabalho baseia-se na teoria marxista da acumulação capitalista, que define a relação causal entre produção e acumulação de mais-valia (variável independente) e os movimentos da força de trabalho e dos salários (variáveis dependentes daquela), para explicar a lôgica da aparição e evolução da superpopulação relativa. A partir destes conceitos teóricos, tenta-se uma interpretação da superpopulação e da migração rural nordestina, nas con

dições específicas da acumulação monopolista e da "moderni-
zação conservadora" do Brasil de hoje.

CAPÍTULO I
MIGRAÇÃO E CAPITALISMO DEPENDENTE

CAPÍTULO I - MIGRAÇÃO E CAPITALISMO DEPENDENTE

O presente capítulo tem por objetivo a colocação de conceitos fundamentais para a análise da natureza econômica e social do processo migratório principal do capitalismo brasileiro: o êxodo rural nordestino.

Trata-se de definir a natureza dessa migração, a sua relação com o mecanismo de acumulação de capital e com os conceitos de superpopulação relativa e de exército industrial de reserva, para - nos capítulos seguintes - buscar formular uma explicação teórica e concreta em um caso particular de migração rural: o caso da migração do Ingá - PB.

O conceito de migração

Etimologicamente, migrar significa passar de uma região ou de um clima para outro, para procurar alimentação ou procriar. Esta é, logicamente, uma definição muito geral que se pode aplicar tanto aos animais, em geral, como aos homens, considerado fora do tempo histórico e social.

Em termos sociais, a migração é um processo de deslocamento, permanente ou temporário, de indivíduos ou gru

pos humanos que se movimentam impulsionados por causas econômicas e sociais, causas que podem estar ligadas também a fenômenos naturais.

Como movimento de grupos humanos definidos, a migração não pode ser nunca explicada por preferências ou opções individuais. Isto porque:

... "a população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca, se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc."... MARX (1977:218).

Os movimentos de população - migrações - dependem, portanto, em primeiro lugar, das formas de produção, do modo em que os indivíduos se organizam para controlar a natureza e criar, por meio de instrumentos, as condições físicas de sua vida coletiva. Em outras palavras, os movimentos de população dependem do sistema econômico e social.

Superpopulação relativa ou "exército industrial de reserva"

A principal característica do movimento da população capitalista é a existência permanente de forças de trabalho "sobrantes", com relação à demanda desse fator por parte do capital acumulável.

Para explicar esta defasagem, pode-se começar com a lembrança de um fato empírico: para o capital, a força de trabalho é apenas um dos custos que se procura minimizar — como qualquer outra despesa de produção — para atingir o lucro máximo. Uma das formas principais de reduzir o "custo de trabalho" é a redução do número de homens através da substituição por maquinaria.

É preciso salientar que o excedente de oferta de forças de trabalho não é originado por desequilíbrios de ordem natural, como sustenta o malthusianismo: a população aumentaria mais rapidamente que a riqueza social, provocando escassez de alimentos e outros meios de vida. Ao contrário — de acordo com Marx — esse excedente é determinado, principalmente, por causas de natureza histórico-social. Ele surge de um tipo específico de crescimento econômico que se apropria das vantagens do progresso tecnológico para incrementar a produtividade e a intensidade do trabalho, tornando, assim, supérflua uma parte das forças de trabalho disponíveis na sociedade. No capitalismo, o excedente de população trabalhadora é determinado pelos desequilíbrios próprios da estrutura dessas relações: entre oferta e demanda de força de trabalho. Essa demanda está determinada, exclusivamente, pela dinâmica da acumulação de capital, enquanto a oferta está determinada, não tanto pela dinâmica demográfica (pela relação natalidade-mortalidade e pela evolução da esperança média de vida) como pelas consequências de domínio do capital que leva à desapropriação (e subordinação) crescente de produtores independentes e, sobretudo, a crescente

substituição de trabalho vivo por trabalho maquinizado. Nos termos da teoria da mais-valia, isso se exprime no aumento da composição orgânica do capital (c/v), que significa aumento do capital constante a ritmo maior do que declina o ritmo de aumento do capital variável.

A diferença entre oferta e demanda de forças de trabalho aumenta também pelo fato de que a sobre-oferta de mão-de-obra permite a intensificação do ritmo e o prolongamento das horas de trabalho. Isto é, a demanda de trabalho (quantidade de tempo de trabalho) e demanda de forças de trabalho (quantidade de trabalhadores) não são idênticas. Portanto, uma mesma quantidade de horas de trabalho pode ser realizado pelo mesmo número de homens ou até por um número menor, caso esses homens trabalhem com maior intensidade ou um maior número de horas.

Uma reflexão sobre a identidade e diferença entre o conceito de superpopulação relativa e o conceito de exército industrial de reserva.

O excedente relativo de população trabalhadora no capitalismo pode ser considerado de dois modos:

- a. como resultado ou consequência fundamental da acumulação capitalista para a situação global da classe operária; é a superpopulação relativa;
- b. como condição indispensável para o desenvolvimento

to continuado do capital: movimento cíclico (com ritmo e composição interna desigual): é o exercício industrial de reserva.

Estas duas denominações do mesmo fenômeno (excedente de população) pretendem dar conta da sua ambivalência, do seu caráter contraditório. A ambivalência consiste no fato de que a acumulação capitalista é a um mesmo tempo:

1º. aumento absoluto do capital social;

2º. alteração da proporção entre a sua parte constante e a sua variável (c/v).

A longo prazo, essa relação entre as partes de capital (c/v) progride a um ritmo superior ao da expansão absoluta da produção. Em outras palavras, enquanto o capital global cresce a determinada taxa, a sua parte variável aumenta a uma taxa declinante. O resultado é um excedente de oferta de trabalho, cuja dimensão (e cuja função como reserva potencial) é proporcional ao ritmo de concentração e de centralização do capital.

Ora, como o ritmo da acumulação (taxa de investimento real) e o andamento do ciclo reprodutivo, determinam a demanda de trabalho, resulta que a quantidade de trabalhadores, que em cada momento não consegue vender a sua força de trabalho, flutua. Resultando daí, uma divisão da classe operária em duas partes: uma ativa, empregada, e uma parte inativa,

desempregada.

O exército industrial de reserva pressiona continuamente sobre a parte ativa, através da sobre-oferta de trabalho, provodando:

- a. um aumento da mobilidade da força de trabalho (alta elasticidade da oferta de trabalho);
- b. uma disponibilidade permanente de forças de trabalho aptas para atender imediatamente eventuais expansões de demanda de trabalho, a preço (salário) igual, ou até inferior;
- c. um enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores, devido à pressão para baixo, que a sobre-oferta de trabalho exerce no nível geral de salários.

As formas "clássicas" do Exército Industrial de Reserva, segundo Marx, são quatro:

1. desemprego flutuante, causado por mudanças tecnológicas e de conjuntura de mercados, nos setores dinâmicos da economia;
2. desemprego latente ou oculto, causado pelo atraso técnico e a obsolescência de produções, declínio de áreas econômicas e setores tradicionais, prin

principalmente, na agricultura;

3. desemprego estagnado ou quase-permanente em esferas e regiões em decadência, com produções arcaicas obsoletas, que não resistem à concorrência capitalista;
4. pauperismo (mendicância).

Características principais do mercado de trabalho no Brasil

O processo de acumulação monopolista em andamento no Brasil repousa, de um lado, na salvaguarda do latifúndio através da sua "modernização conservadora" e, de outro lado, na acelerada concentração de capital monopolista, em associação dependente com capitais multinacionais.

Congruente com a sua natureza social, o modelo implementou um tipo de industrialização baseado em tecnologias modernas, com alta densidade de capital e baixa demanda de força de trabalho. Isto aumentou a defasagem entre oferta e demanda de mão-de-obra criada pela concentração da terra em poucas mãos e pela industrialização substitutiva de bens importados, das décadas anteriores a 64.

Resultou daí uma maior população "sobrante" (para o

capital) obrigada a refugiar-se em formas de produção e de trabalho atrasadas. Formas que em muitos casos não tem analogia com as formas clássicas do exército industrial de reserva.

O tipo de população "sobrante" gerada pelo capitalismo brasileiro de hoje, não pode, assim, ser classificado sem repensar e reformular os conceitos de superpopulação relativa e exército de reserva.

Na agricultura brasileira, coexistem relações de produção "tradicionais", vinculadas ao complexo latifúndio-minifúndio, em situações de estagnação ou de mudança conservadora. Trata-se da modernização do latifúndio, através da capitalização de partes da produção, ligadas aos grandes mercados externos e internos. As prioridades da acumulação monopolista, determinaram uma modernização incompleta de elementos técnico-produtivos, direcionada a conseguir aumentos imediatos de produtividade e da produção nas atividades que eram mais rentáveis em cada momento.

A sobresaturação dos mercados de trabalho urbanos prova que, apesar do dinamismo mostrado nos recentes anos de alta conjuntura, a parte modernizada da economia não foi capaz de garantir uma elevada taxa de absorção de novas forças de trabalho, o que levou a um maior agravamento do problema do desemprego.

Algumas das relações de trabalho suportadas pela po

pulação trabalhadora brasileira, mais do que formas de re produção da força de trabalho capitalista, são formas de destruição de recursos humanos excluídos da atividade econômica "sobrantes" para o capital, que desse modo lhes nega a própria condição humana de força produtiva.

Portanto, no caso brasileiro, nem toda superpopulação é relativa. Parte do "sobrante" tornou-se absoluto, de definitivamente excluído pelo capital, porque a defasagem entre a demanda desse, ditada pelas taxas de acumulação e pela nova composição interna do capital, atingiu um ponto de rutura irreversível, dentro dos moldes capitalistas.

Em conclusão, nem toda a população "sobrante" no mercado de trabalho brasileiro, compõe o exército de reserva. Uma parte está excluída da "reserva ativa", não funcionando no mercado como autêntica força de trabalho, disponível para responder a uma eventual mobilização pelo capital. Desse sobrante excluído, uma parcela fica no Nordeste rural, condenada à gradativa destruição física, a um pauperismo cada dia maior.

A parte da população inativa que pode ser considerada como reserva mobilizada ou exército industrial de reserva, experimenta alterações quantitativas e qualitativas, segundo o andamento do núcleo central capitalista. Essas alterações se manifestam, por exemplo, na dimensão e composição das formas de produção e de trabalho "informal".

Para entender e explicar este fenômeno particular às economias sobdesenvolvidas, deve-se lembrar que estas apresentam um menor grau de articulações entre os setores e regiões econômicas, um menor grau de incorporação da população ativa a formas de produção propriamente industriais. Junta-se a isso, o fato de que a propriedade latifundiária e a concentração cada vez maior de todos os meios de produção agropecuária, reduzem o grau de absorção de forças de trabalho de origem rural, e tem-se uma base para explicar porque o "excedente" de forças de trabalho e seu grau de rejeição pelo capital, é incomparavelmente superior ao apresentado pelos países capitalistas hoje desenvolvidos, durante a capitalização da agricultura.

Nas figuras 1 e 2 são mostrados graficamente os principais movimentos que configuram o mercado de trabalho brasileiro.

FIGURA 1

MOVIMENTO GERAL DA OFERTA DE TRABALHO

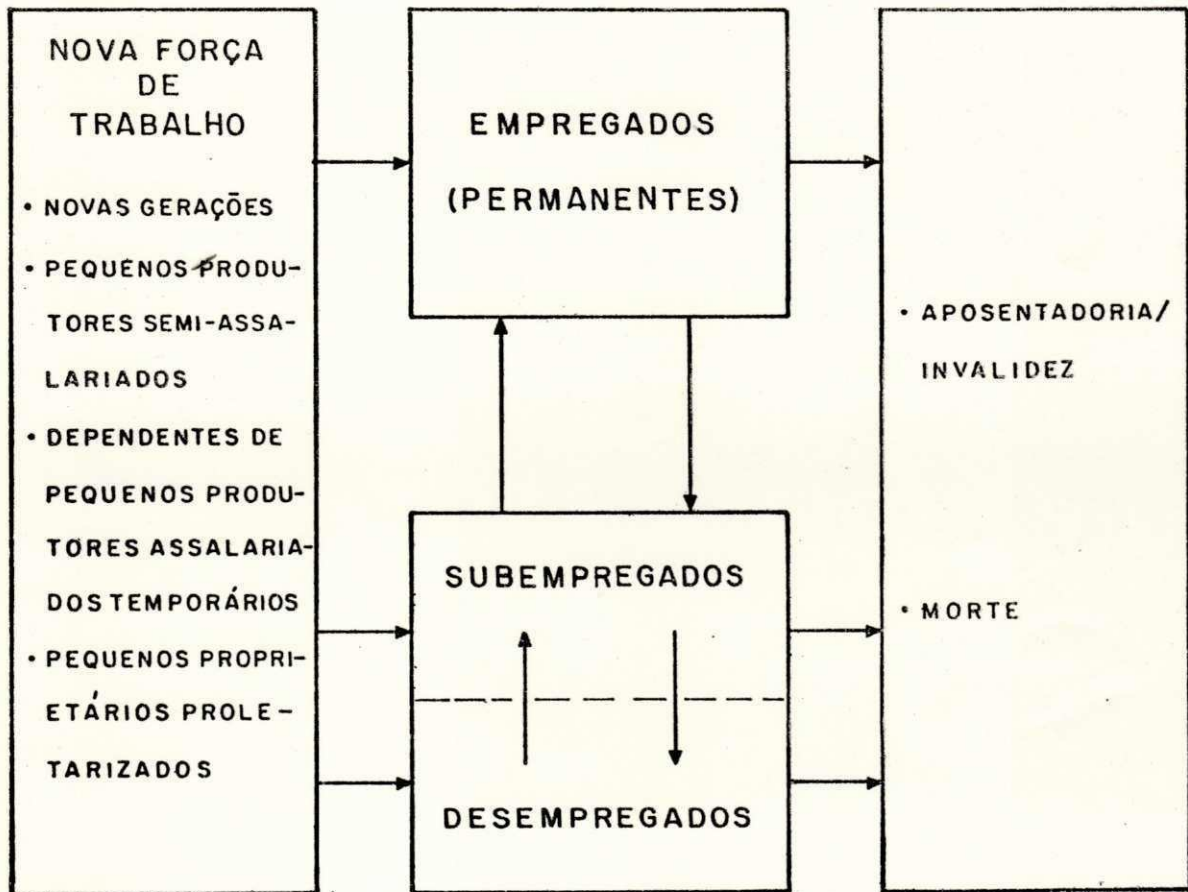
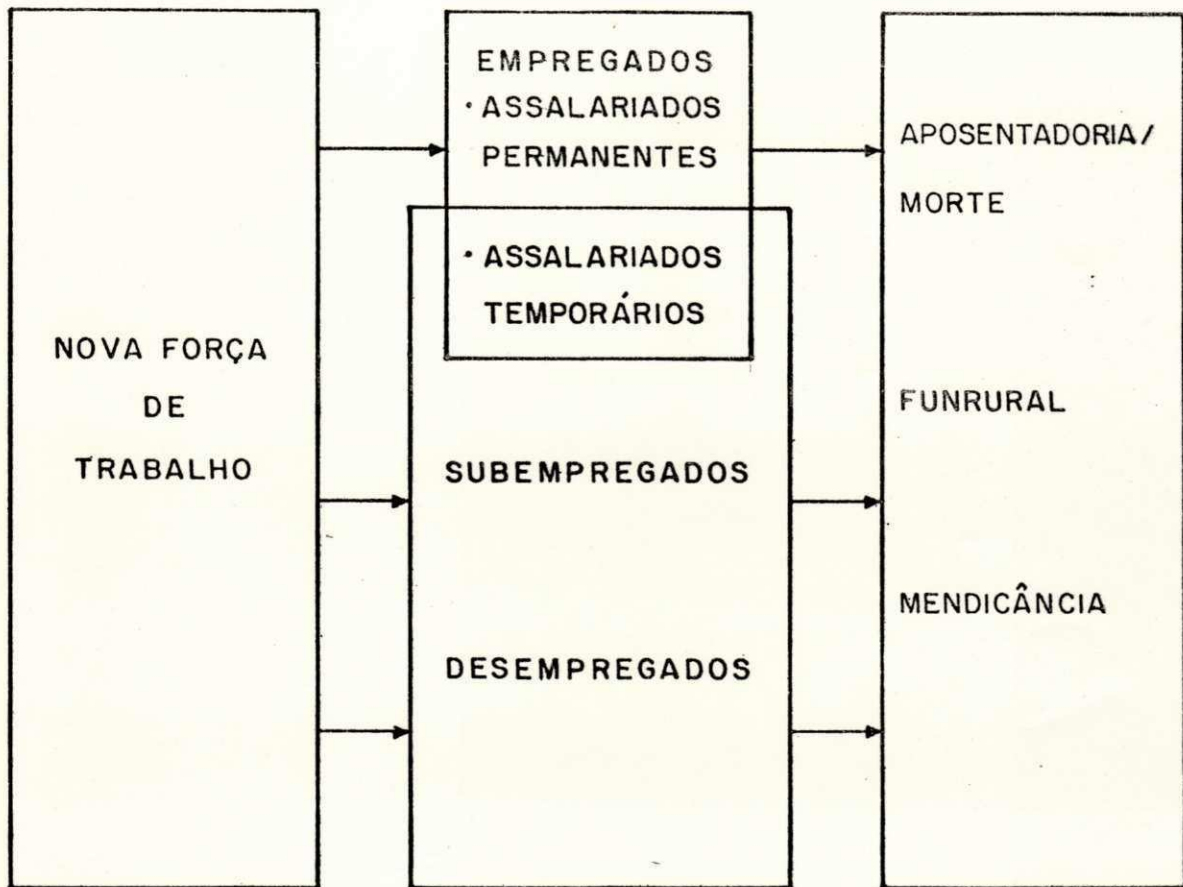


FIGURA 2

FORÇA DE TRABALHO RURAL



CAPÍTULO II

INGÁ: ECONOMIA, SOCIEDADE E ÊXODO RURAL

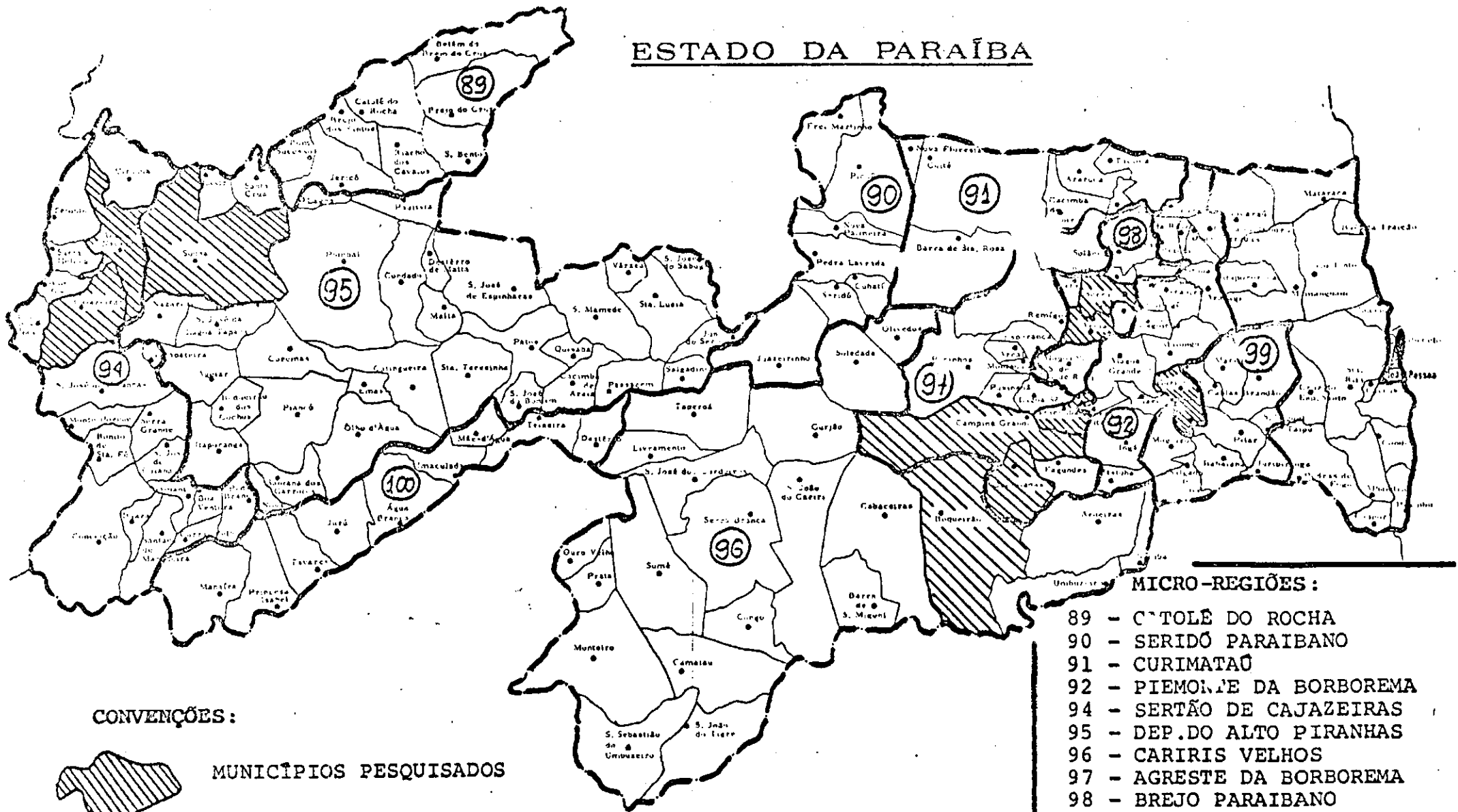
CAPÍTULO II - INGÁ: ECONOMIA, SOCIEDADE E ÊXODO RURAL

O quadro teórico montado para este trabalho mostra que o problema do desemprego/emigração rural do Nordeste é o resultado de tendências conflitantes inerentes à economia e à sociedade rural nordestina. Importa, pois, uma análise das formas sociais de produção que predominam na região em estudo, a começar por uma breve descrição da geografia, da demografia e da estrutura fundiária e produtiva do Ingá.

Características geográficas

O Ingá é um dos 17 (dezesete) municípios que compõem a micro-região do Piemonte da Borborema (Mapa 1). Situa-se a uma altitude de 144 ms, sendo suas coordenadas geográficas $7^{\circ} 17' 26''$ de latitude sul e $35^{\circ} 36' 31''$ de longitude W. Gr. (Mapa 2). Dista, por rodovia, 100 Kms. de capital de Estado e 37Kms., da cidade de Campina Grande. Sua população é de 19.504 habitantes e ocupa uma superfície de 345Km^2 , o que representa 14,71% da área da micro-região e 0,62% da área do Estado da Paraíba. A média pluviométrica para a região não é baixa (640mm), concentrando-se as chuvas entre março e agosto, mas sua distribuição é irregular, pois os seis meses de seca correspondem a apenas 22,07% da média

ESTADO DA PARAÍBA



CONVENÇÕES:



MUNICÍPIOS PESQUISADOS

MICRO-REGIÕES:

- 89 - C. TOLE DO ROCHA
- 90 - SERIDÓ PARAIBANO
- 91 - CURIMATAÚ
- 92 - PIEMONTE DA BORBOREMA
- 94 - SERTÃO DE CAJAZEIRAS
- 95 - DEP. DO ALTO PIRANHAS
- 96 - CARIRIS VELHOS
- 97 - AGRESTE DA BORBOREMA
- 98 - BREJO PARAIBANO
- 99 - A. PASTORIL DO B. PARAIBA
- 100 - SERRA DE TRIXEIRA

35°30'

35°20'WG

7°10'

7°20'

7°30'

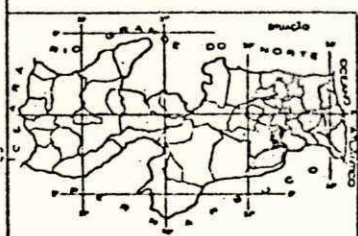
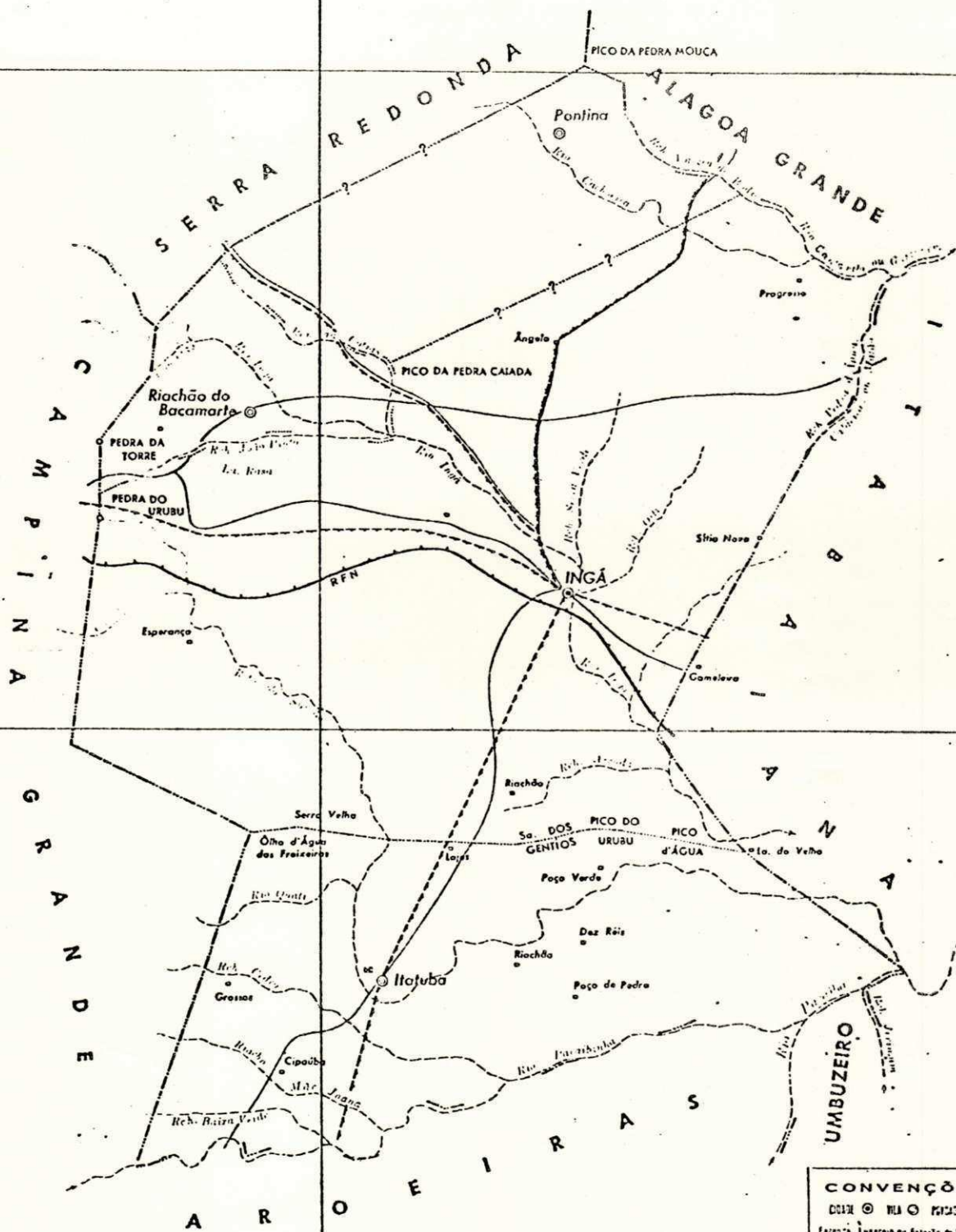
7°40'

7°10'

7°20'

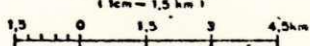
7°30'

7°40'



CONVENÇÕES

COTA \odot MIA \circ PISOS \bullet
 Fazenda, Lugar ou Estação de E. F. \oplus
 R. I. S. S. ---
 Rodovias ---
 Estr. de rodagem ---
 Estr. carrossel ---
 Estr. agrícolas ---
 Rio intermitente ---
 Arago ---
 Área ---
 Arco ---



pluviométrica (Tablea II-1 e Mapa 3). A irregularidade das chuvas ocasiona sérios obstáculos para o desenvolvimento da agricultura.

TABELA II-1

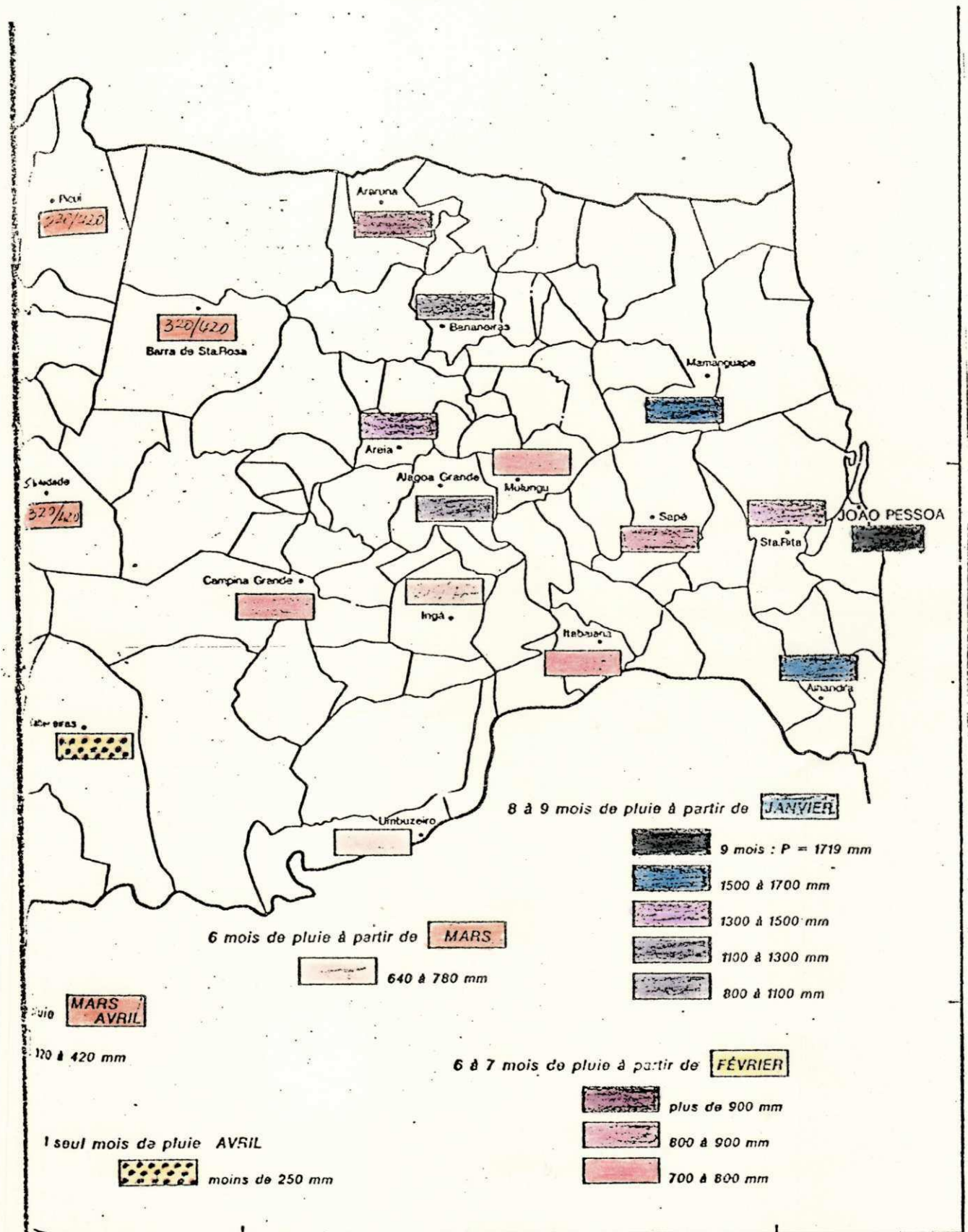
INGÁ

ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS MÉDIOS

ESPECIFICAÇÃO	VALORES OBSERVADOS (mm)
<u>MESES</u>	
Janeiro	<u>343</u>
Fevereiro	<u>473</u>
Março	<u>689</u>
Abril	<u>858</u>
Maio	<u>939</u>
Junho	<u>1.057</u>
Julho	<u>834</u>
Agosto	<u>519</u>
Setembro	<u>215</u>
Outubro	<u>94</u>
Novembro	<u>145</u>
Dezembro	<u>236</u>
<u>AMPLITUDE</u>	
Mínima (1930)	313
Máxima (1964)	1.404
Média anual	640

FONTE: Geographie et écologie de la Paraíba (Brésil), CNPq/UFPb/CNRS-CEGT-Talence, France - 1979, p. 80.

MAPA 3 - DISTRIBUIÇÃO HIERARQUIZADA DOS CLIMAS



Fonte: Geographie et Écologie de la Paraíba (Brésil), CNPq-UFPb/ CNRS-CEGT. Talence, France, 1979, p. 73

O Ingá limita-se com os municípios de Itabaiana, Um buzeiro, Aroeiras, Campina Grande, Serra Redonda e Alagoa Grande. Uma boa parte do município situa-se nos contrafortes da Borborema. Os cursos d'água que, em anos normais, banham este município são: os rios Gurinhém, Paraibinha, Surrão ou Caiuarê, Cachoeira e Bacamarte ou Ingá (o rio mais importante) e também os riachos Cedro, Tabocas e Tatu (Mapa 2).

Com relação as riquezas minerais, apenas as grandes pedras graníticas merecem destaque, muito embora em quase todo o município argila para a fabricação de tijolos, telhas e louças de barro.

Os principais produtos agrícolas da região são: o feijão e o milho, consorciados com algodão herbáceo. Na pecuária o gado de leite é importante, respondendo por boa parte da produção do sub-setor (Tabela II-10). As pequenas unidades agrícolas dedicam-se principalmente a culturas alimentares consorciadas com algodão, ao passo que nas grandes predomina a pecuária extensiva.

População

O município do Ingá apresentou em 1980 uma população de 19.504 habitantes, com densidade demográfica, portanto, de 56,5 hab./Km², bem mais elevada que a média da Paraíba

TABELA II-3

INGÁ

POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E POR GRUPOS DE IDADES, PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADES E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL 1970-1980

GRUPOS DE IDADES	POPULAÇÃO RESIDENTE						PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO (%)		TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL*
	1970			1980			1970	1980	(%)
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES			
0 a 9 anos	5.602	2.805	2.797	5.982	3.028	2.954	32,4	30,7	0,62
10 a 14 anos	2.220	1.079	1.141	2.634	1.293	1.341	12,9	13,5	1,72
15 a 59 anos	8.087	3.546	4.541	8.933	4.167	4.766	46,9	45,8	1,00
60 anos e mais	1.307	652	655	1.936	915	1.021	7,5	9,9	1,01
Idade ignorada	62	29	33	19	10	9	0,3	0,1	(-) 11,17
TOTAL	17.278	8.111	9.167	19.504	9.413	10.091	100,0	100,0	1,22

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico da Paraíba - 1970 e 1980.

(*) - Calculado com base nos dados Censitários - 1970 e 1980.

ria entre 15 a 59 anos, na qual o crescimento geométrico a nual foi apenas de 1,0% (Tabela II-3). Em 1980 a população economicamente ativa do município era de 8.656 habitantes (Tabela II-4), dos quais 73,7% se dedicavam a atividades a gro-pecuárias, de extração vegetal e pesca.

Os principais movimentos da população rural da re gião correspondem, basicamente, a duas correntes migrató- rias:

- uma corrente migratória temporária da Zona Rural para as cidades de João Pessoa, Campina Grande e para a Zona da Mata.
- Uma corrente migratória mais permanente da Zona Rural para o Sul do País (São Paulo e Rio de Janei ro).

A primeira, a migração temporária ou sazonal para a Zona Canavieira da Mata, é a que se vem mostrando mais in- tensa. A migração permanente para o Sul do País está prati camente estagnada: apenas saem algumas pessoas que contam com amparo de familiares lá estabelecidos de longa data.(1) A emigração alterou a composição da população rural, a qual passou de 66% (1970) para 59,0% (1980) da população total (Tabela II-5).

(1) - Informações confirmadas em entrevistas realizadas em Nov-Dez 1983 com o Prefeito do município, o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais e com pessoas residentes na periferia do Ingá - PB.

TABELA II-4

INGÁ
PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS POR SETOR DE ATIVIDADE
1980

SETOR DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO ECONÔMICA MENTE ATIVA (Hab)	PERCENTAGEM (%) DA POPULAÇÃO ECO NOMICAMENTE ATIVA, SOBRE O TOTAL
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	6.378	73,7
Indústria de Transformação	473	5,5
Indústria da Construção	468	5,4
Outras Atividades Industriais	28	0,3
Comércio de Mercadorias	185	2,1
Transportes e Comunicações	71	0,8
Prestação de Serviços	602	7,0
Atividades Sociais	239	2,8
Administração Pública	99	1,1
Outras Atividades	36	0,4
Procurando Trabalho	77	0,9
TOTAL	8.656	100,0

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico - Mão-de-obra. Paraíba 1980.

TABELA II-5

INGÃ
DISTRIBUIÇÃO E VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO MUNICÍ
PIO DO INGÃ, NA PARAÍBA E NO NORDESTE
1970 e 1980

MUNICÍPIO, ESTADO E REGIÃO	POPULAÇÃO				VARIações (%) 1970/1980
	VALORES ABSOLUTOS		VALORES RELATIVOS (%)		
	1970	1980	1970	1980	
INGÃ	17.278	19.504	100	100	12,8
Rural	11.396	11.495	66,0	59,0	0,8
Urbana	5.882	8.009	34,0	41,0	36,1
PARAÍBA	2.382.617	2.770.176	100	100	16,2
Rural	1.380.461	1.321.172	58,0	47,7	(-) 4,2
Urbana	1.002.156	1.449.004	42,0	52,3	44,5
NORDESTE	28.111.927	34.861.907	100	100	24,0
Rural	16.358.950	17.275.443	58,2	49,6	5,6
Urbana	11.752.977	17.586.464	41,8	50,4	49,6

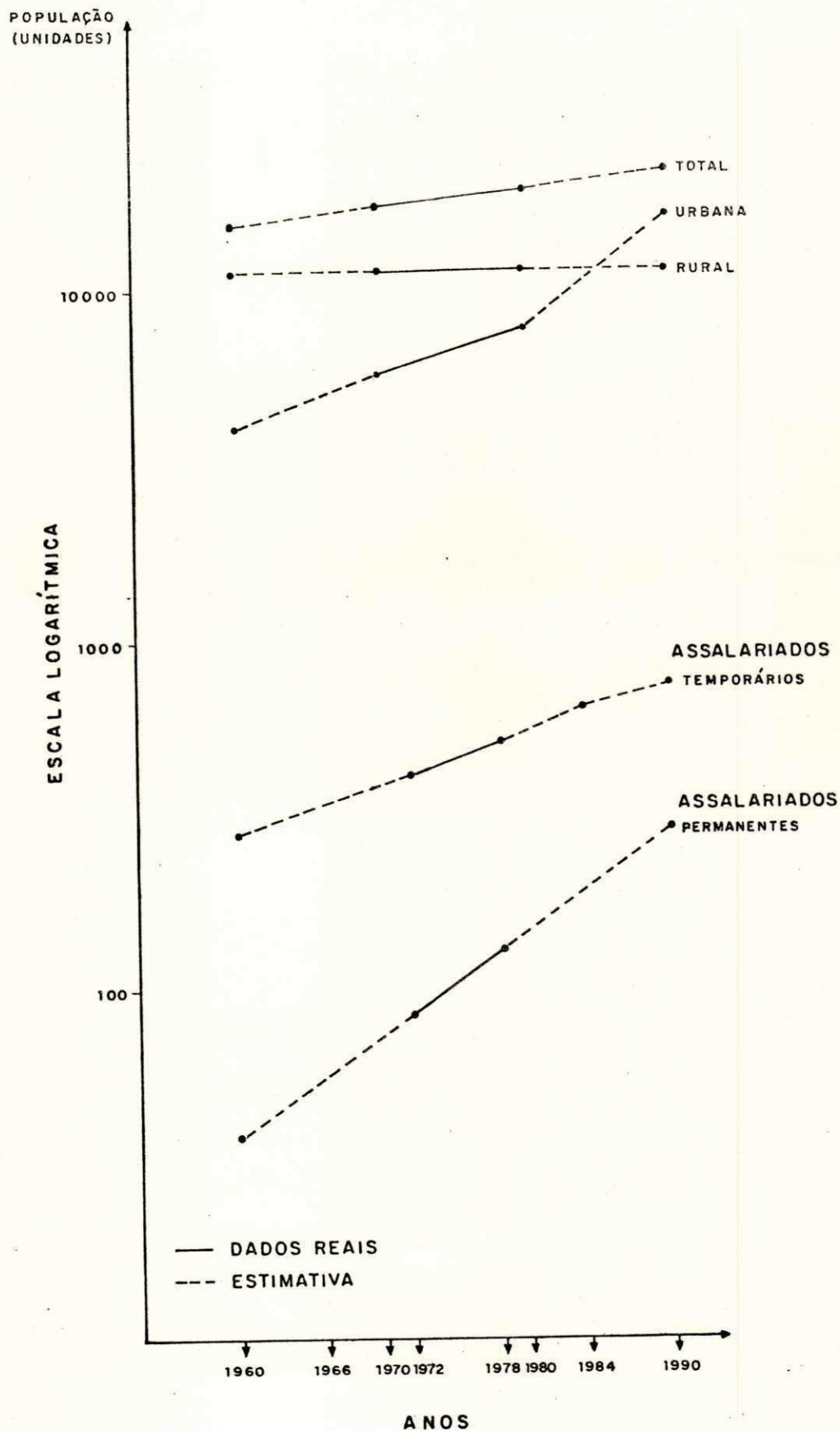
FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico da Paraíba - 1970 e 1980.
Anuário Estatístico do Brasil - 1982.

As alterações demográficas observadas no Ingá não são exclusivas do referido município: são comuns à dinâmica demográfica do conjunto da Paraíba e do Nordeste.

Como se pode observar nas tabelas anteriores (II-2, II-3, II-4, II-5 e na figura 3) as mudanças demográficas ocorridas no Ingá durante o período 1970/1980 foram as seguintes:

- adensamento demográfico, traduzido pelo aumento da taxa de densidade demográfica;
- estagnação da população rural, cujo crescimento global foi praticamente nulo (0,8%);
- inchação da sede do município, cuja população urbana representava 34,0% em 1970 e passou a representar 41,0% da população total em 1980, ou seja, um crescimento de 36,1%;
- alterações importantes do perfil etário da população:
 - a. declínio da participação percentual da faixa de 0 a 9 anos o que traduz uma queda da natalidade ao longo do período;
 - b. queda sensível da participação percentual do grupo de 15 a 59 anos que, por representar a

FIGURA 3
 INGÁ
 POPULAÇÃO URBANA, RURAL E ASSALARIADOS
 EVOLUÇÃO RECENTE E TENDÊNCIAS



faixa ativa, traduz um esvaziamento de recursos humanos e uma perda absoluta de vitalidade social;

- c. aumento absoluto e relativo da faixa etária de 60 e mais anos, indicativo de um envelhecimento da estrutura populacional.

Estrutura fundiária

Em 1972 o município de Ingá apresentava, para uma área total apropriada de 25.720 hectares, 805 imóveis rurais, classificados como minifúndios, empresas rurais e latifúndios por exploração, inexistindo no município a categoria de latifúndio por dimensão. Os minifúndios em número de 692 representavam 86% dos imóveis existentes, totalizando uma área de 7.024,5 hectares, isto é, 27% da área geral. Existiam nesse período 15 empresas rurais que representavam 2% do total dos imóveis e cuja área era de 2.906,7 hectares, ou seja, 11% da área total. No mesmo período havia 98 latifúndios por exploração, representando 12% do total dos imóveis e que, no entanto, concentravam uma área de 15.788,8 hectares, ou seja, 62% da área total dos imóveis (Tabela II-6).

Comparando os dados do cadastro de 1972 com os dados de 1982, observa-se que os minifúndios cresceram em número

TABELA II-6

INGÁ
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS POR CATEGORIA
1972 e 1982

ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA DOS IMÓVEIS			TOTAL GERAL
	MINIFÚNDIO	EMPRESA RURAL	LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO	
<u>TOTAL DOS IMÓVEIS</u>				
(un)				
1972	692	15	98	805
1982	809	25	111	945
<u>ÁREA TOTAL (Ha)</u>				
1972	7.024,5	2.906,7	15.788,8	25.720,0
1982	7.063,3	4.456,2	16.932,7	28.452,2
<u>% DOS IMÓVEIS</u>				
1972	85,9	1,9	12,2	100,0
1982	85,6	2,6	11,8	100,0
<u>% DA ÁREA</u>				
1972	27,0	11,0	62,0	100,0
1982	24,8	15,7	59,5	100,0
<u>ÁREA MÉDIA (Ha)</u>				
1972	10,0	194,0	161,0	-
1982	8,7	178,2	152,5	-

FONTE: INCRA

Imóveis Rurais Segundo as Categorias - Lei 4.504 - Estatuto da Terra.

(Exclusive ox inconsistentes).

(692 para 809), mas mantiveram praticamente a mesma área total (7.024,5 ha, e 7.063,3 ha.) o que implicou numa queda da sua participação percentual (27% para 24,8%) na área total e um declínio da área média, (de 10 para 8,7 ha.). No entanto, os minifúndios continuam representando mais de 85% do total de imóveis (Tabela II-6).

Com relação a Tabela II-6 cabe frisar ainda dois pontos importantes: em 1º lugar, a queda da área média dos minifúndios demonstra que o processo de minifúndização continua o que leva a sua maior inviabilidade econômica, dado que a sua área média é muito baixa para uma região de clima semi-árido, onde não se faz uso de irrigação; em 2º lugar há uma predominância marcada do latifúndio por exploração, cuja dimensão média apresenta-se baixa (152,5 ha.). Sobre isto cabe tecer algumas considerações. O Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980, define como latifúndios por exploração, os imóveis com área compreendida entre um e seiscentos módulos fiscais da região. No caso do Ingá esse módulo equivale a quarenta (40) hectares. Se, como acontece no Ingá, a dimensão média desses imóveis é de 152,5 hectares, tem-se - segundo o indicado Decreto - o equivalente, aproximadamente 3,8 módulos. Existindo um grande número de imóveis pequenos e sub-explorados, classificados nessa categoria, resulta uma média artificialmente reduzida, o que camufla a dimensão real dos maiores e autênticos latifúndios.

Predominam no município os estabelecimentos com menos de 10 hectares, que representam, segundo os dados do

INCRA (1972), 59,7% do total, dispondo apenas de 7,2% da área total, percentual que se mantinha praticamente inalterado em 1982 (Tabela II-7). Sabe-se que tais estabelecimentos não são considerados unidades produtivas viáveis, no sentido de garantir a auto-sustentação normal de uma família camponesa. Pode-se concluir, assim, que existe um alto grau de concentração fundiária e uma crescente "fome de terra", fato que está na base da pobreza e do desemprego generalizados na região.

Uso da terra

Os grandes proprietários utilizam a terra principalmente para pecuária extensiva. Atualmente eles tendem a substituir o consórcio tradicional de algodão/feijão/milho, cujos restos servem de alimentação para o gado, por pastagem de capim pangola e campos de palma, o que reflete um processo muito acentuado de pecuarização.

Verifica-se através dos dados do INCRA, para o ano de 1978, que de um total de 25.059 hectares da área apropriada, 21,6% corresponde à lavoura; 21,9% à pastagem artificial e 56,4% à pastagem natural (Tabela II-8).

Comparando os dados do INCRA de 1972/1978, observam-se as seguintes variações ocorridas nas áreas de lavouras e de pastagens: a área total de lavouras cresceu de 4.188,7 ha.

TABELA II-7

INGÁ

ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS
1972 e 1982

GRUPOS DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS				ÁREA			
	NÚMERO		PERCENTUAIS(%)		TOTAIS		PERCENTUAIS(%)	
	1972	1982	1972	1982	1972	1982	1972	1982
TOTAIS	805	945	100	100	25.720	28.452,2	100	100
< 10 ha.	480	565	59,7	59,8	1.847,7	2.186,2	7,2	7,7
10 < 100ha.	262	318	32,5	33,7	8.150,7	9.596,2	31,7	33,7
100 < 200ha.	33	31	4,1	3,3	4.394,4	3.950,2	17,1	13,9
200 < 500ha.	24	24	3,0	2,5	7.161,6	7.307,7	27,8	25,7
500 < 1000ha.	6	5	0,7	0,5	4.165,6	3.339,6	16,2	11,7
1000 < 2000 ha.	-	2	-	0,2	-	2.072,3	-	7,3

FONTES: 1972 - INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Imóveis rurais segundo as categorias.

1982 - Tabulação própria com base nas tabelas do INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Relação para a Prefeitura - ITR - 1983).

TABELA II-8

INGÁ
 CLASSIFICAÇÃO DAS TERRAS SEGUNDO A SUA UTILIZAÇÃO
 1972 e 1982

ANO	LAVOURAS	TOTAL	PASTAGENS		VARIAÇÕES (1978/1972)			
			ARTIFI CIAIS	NATU RAIS	LAVOURA		PASTAGENS	
					ABSOLUTA	RELA TIVA(%)	ABSOLUTA	RELA TIVA(%)
<u>1972</u>	4.188,7 (20,4%)	16.346,2 (= 65%)	-	-				
<u>1978</u>	5.415 (21,6%)	19.644 (78,3%)	5.503 (28,0%)	14.141 (72,0%)	1.226,3	29,2	3.297,8	20,1

FONTES: 1972 - INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural. Imóveis rurais segundo a natureza da produção e imóveis rurais com exploração pecuária.

1978 - INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural.

para 5.415 ha., ou seja, teve um crescimento de 29,2%. Por outro lado, a área total destinada à pastagem cresceu de 16.346,2 ha. para 19.644 ha. observando-se uma variação de 20,1%. E, o que é mais importante, a participação das pastagens passou de cerca de 65% para 78, 3% da área total. Estes resultados mostram a tendência de substituição da lavoura tradicional por campos de pastagem para o gado, na medida em que, acabado o período de uso da terra para a lavoura (aproximadamente de três anos), os roçados vão sendo substituídos por pastagens plantadas.

A terra é um fator decisivo na economia do Ingá. Existe uma pressão muito forte sobre a mesma, consequência não tanto da densidade demográfica, relativamente elevada na região e superior, à média do Estado da Paraíba (Tabela II-2), mas sobretudo, pela tendência a queda da área cedida em arrendamento pelos latifundiários, acontece que, para os camponeses, a terra representa, hoje, não somente a única alternativa possível de emprego, mas também de alguma garantia de sobrevivência e de segurança no futuro.

Pecuária

A pecuária vem-se intensificando no município do Ingá (Tabela II-9). O aumento, em termos absolutos, do reblaho em geral foi de 5.462 cabeças para o período de 1973/1980 ou seja, cresceu 42,3%. Ao mesmo tempo se observa um aumento da pecuária leiteira. No período de 1973/1980 o número de cabeças de gado bovino cresceu em 49,2% (Tabela

TABELA II-9

INGÁ
EFETIVO DOS REBANHOS E CRESCIMENTO RELATIVO
1973 - 1980

ESTADO MI- CRORREGIÃO E MUNICÍPIO	EFETIVOS (CABEÇAS)						VARIAÇÃO 1980/73 (%)		
	ASININOS		BOVINOS		MUARES		ASINI	BOVI	MUA-
	1973	1980	1973	1980	1973	1980	NOS	NOS	RES
Paraíba	145.432	62.371	799.307	1.317.783	57.813	43.209	(-)57,1	64,8	(-)25,2
Piemonte da Borbo rema	11.592	2.513	93.599	148.804	5.914	4.006	(-)78,3	58,9	(-)32,2
Ingá	546	388	11.910	17.773	449	206	(-)28,9	49,2	(-)54,1

FONTE: Governo Estado da Paraíba. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba. Coordenadoria de Estatística e Informática. Estatísticas Agropecuárias - 1973 - 1980. João Pessoa - 1982.

II-9) e a produção de leite aumentou em 349,7% (Tabela II-10). Com relação ao restante da pecuária, observa-se para o mesmo período, uma queda do número de asininos de 28,9% e de 54,1% nos muares. A queda do número de muares, mais acentuada que a de asininos, decorre do processo de decomposição da pequena produção.

Produção agrícola

No município domina, como já foi dito, o sistema de pecuária, tradicionalmente associado com o consórcio de feijão/milho/algodão herbáceo, tendo a cana de açúcar e a mandioca menor importância (Tabela II-11).

O declínio das lavouras, decorrente da pecuarização, da seca prolongada e das pragas, manifesta-se em uma redução considerável de produção de milho e algodão (Tabela II-12).

A cultura de algodão, ligada a pecuária extensiva teve um papel importante no desenvolvimento da economia e da sociedade da região. Hoje, como consequência da praga do Bicudo, iniciada, precisamente no Ingá - a produção algodoeira caiu em pelo menos 80% (2).

(2) - Segundo informações obtidas na Prefeitura Municipal do Ingá, em dezembro de 1983.

TABELA II-10

INGÃ
 PRODUÇÃO ANIMAL
 1973 e 1980

ESTADO MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	LEITE QUANTIDADE (MIL LITROS)		CRESCIMENTO RELATIVO (%)
	1973	1980	
Paraíba	51.364	129.540	152,1
Piemonte da Borborema	6.015	14.836	146,6
Ingã	766	3.445	349,7

FONTE: Estatísticas Agropecuárias 1973 - 1980. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba. Coordenação de Estatística e Informática 1980.

TABELA II-11

INGÁ
PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS
1980

CULTURAS	ÁREA COLHIDA (Ha.)	QUANTIDA DE PRODU ZIDA(TON.)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha.)	VALOR (1.000,00)
ALGODÃO HERBÁCEO (em caroço)	2.000	743	371	24.271
CANA-DE-AÇÚCAR	20	1.000	50.000	703
FAVA EM GRÃO	1.000	150	150	6.000
FELJÃO EM GRÃO	1.999	432	216	25.920
MANDIOCA	150	710	4.733	2.542
MILHO EM GRÃO	2.220	586	263	5.918

FONTE: Paraíba, Anuário Estatístico 1981, Vol. 1, FIPLAN,
João Pessoa.

Páginas 312, 320, 324, 326, 331 e 334.

TABELA II-12

INGÁ
 PRODUÇÃO AGRÍCOLA: DIMENSÕES E VARIAÇÕES
 1974 e 1980

CULTURAS	PARAÍBA	PIEMONTE DA BORBOREMA	INGÁ
<u>FEIJÃO</u>			
QUANTIDADE PRODUZIDA (TON)			
1974	59.016	17.003	1.650
1980	27.788	23.483	1.999
CRESCIMENTO RELATIVO (%)	- 52,9	38,1	21,1
<u>MILHO</u>			
QUANTIDADE PRODUZIDA (TON)			
1974	163.273	11.803	1.400
1980	33.981	4.855	586
CRESCIMENTO RELATIVO (%)	- 79,1	- 58,8	- 58,1
<u>ALGODÃO HERBÁCEO</u>			
QUANTIDADE PRODUZIDA (TON)			
1974	51.660	10.749	1.800
1980	33.886	5.326	743
CRESCIMENTO RELATIVO (%)	- 34,4	- 50,4	- 58,7

FONTE: IBGE. Produção Agrícola Municipal - 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 - Paraíba. t.2.

Emprego e relações de trabalho

A evolução do emprego (Tabela II-13) mostra que o número de pessoas trabalhando na agricultura do município experimentou uma marcada queda (de 1.570 para 1.073). O número de arrendatários acompanhou - justificando-a - essa tendência. O número de dependentes se manteve quase invariável. O total de assalariados cresceu de 510 (1972) para 651 (1978) e para 939 (1982) e este aumento correspondeu tanto aos permanentes como, em maior grau, aos temporários. Estes dados traduzem um processo de proletarização/pauperização específico. Cabe frisar que o aumento do desemprego foi proporcional a expansão do número dos expulsos da terra pela força da concentração fundiária, das mudanças conservadoras do uso da terra (pecuarização extensiva) e das catástrofes mais ou menos naturais (seca prolongada e praga do Bicudo).

Tradicionalmente, os grandes proprietários interessados na pecuária tinham na agricultura o meio "natural" e menos problemático de manter um abundante contingente de mão-de-obra sempre disponível e a um custo baixo. Essa mão-de-obra, não possuidora de terras, subordinada ao proprietário na condição de arrendatário, de vaqueiro ou de diarista, está reduzida, hoje, ao total desamparo e extrema miséria. As formas tradicionais de arrendamento vem sendo substituídas, cada vez mais, pela cessão temporária de terras para a implantação de campos de palma ou capineiras, sendo o

TABELA II-13

INGÁ
EVOLUÇÃO DO EMPREGO RURAL
1972 e 1980

CATEGORIAS	QUANTIDADE		VARIAÇÃO	
	1972	1978	ABS	%
ASSALARIADOS				
Permanentes	86	130	44	51,1
Temporários	424	521	97	22,8
DEPENDENTES	472	422	(-) 50	(-) 10,5
ARRENDATÁRIOS	190	100	90	47,3
TOTAL	1.570	1.073	(-)497	31,6

FONTE: Cadastro do INCRA de 1972 e 1978.

lavrador obrigado a desbravar a terra, a semear e a cuidar das culturas de alimentação animal em troca do "direito" de plantar em associação com aquelas, às culturas para sua precária subsistência. Tal cessão temporária é uma forma de arrendamento, onde o produtor para ter o direito a cultura de subsistência, se vê obrigado a fazer a plantação necessária a manutenção da pecuária nas grandes propriedades, devendo abandonar a terra depois da primeira colheita.

Uma vez que as pastagens vem ocupando terras agricultáveis, antes cedidas para as lavouras de subsistência, os trabalhadores sem terra (moradores) ou com pouca terra (arrendatários) são expulsos para as terras piores ou para fora da agricultura, sem outra alternativa que não a miséria e a emigração. E esta mão-de-obra sobrando, não pode ser considerada parte do "exército de reserva" do capital, pois além de ser uma mão-de-obra desqualificada, ela é superabundante e não é mobilizada pelo mercado de trabalho capitalista, existindo apenas como reserva local para eventuais demandas da agro-pecuária. Na medida que se avoluma, ela atua como um elemento de forte pressão (para baixo) dos salários dos trabalhadores empregados. Assim o salário do diarista, comum na área, sem comida, nem carteira assinada, oscilava em dezembro de 1983, entre Cr\$1.000,00/Cr\$1.200,00 e o salário do vaqueiro, que trabalha conjuntamente com a sua família era de Cr\$10.000,00 por semana, mas alguns litros de leite e o direito a plantar um pequeno roçado, direito esse que perde seu significado em épocas de estiagem como a

atual. (3)

(3) - Informações obtidas através de entrevistas realizadas no Ingã, em dezembro de 1983.

CAPÍTULO III

A "PERIFERIA" POR DENTRO E POR FORA

CAPÍTULO III - A "PERIFERIA" POR DENTRO E POR FORA

Pesquisa de campo

A pesquisa começou com um estudo exploratório para reconhecimento da área. Nesse estudo exploratório, colheram-se informações relativas a três bairros da periferia, verificando-se que a maior parte da população vinha efetivamente da zona rural, enquanto os outros habitantes haviam nascido na própria "periferia". Constatou-se igualmente que muitas famílias que anteriormente ali residiam tinham se deslocado para outras regiões, definitivamente, havendo também grupos que temporariamente se mudavam, retornando no mesmo ano ao local de origem. Além disso, verificou-se a existência de algumas pessoas que nunca saíram da periferia, enquanto por outro lado, pessoas de outras regiões vinham se fixar nos bairros periféricos. A análise conjunta dos dados recolhidos demonstrou a existência continuada da migração, a princípio do campo para a "periferia" e, numa segunda fase, da "periferia" para outros centros. Como ficou demonstrado no capítulo anterior, as causas do fenômeno migratório são de natureza econômica e social. A utilização da terra para a criação extensiva de gado, principalmente bovino, oferece maiores atrativos para os proprietários do que as lavouras

agrícolas. Em decorrência disso, cada vez mais as terras são destinadas ao plantio de pastagens artificiais ou ao aproveitamento das pastagens nativas. Enquanto isso, somente uma pequena parcela das terras é utilizada para a agricultura, assim mesmo apenas para plantações cujos resíduos, após a colheita, sirvam para alimentação do gado, como o milho, o feijão e o algodão. O interesse principal do proprietário fica sendo a criação do gado, pelo elevado preço da carne e leite; a agricultura passa a ser uma atividade relegada a segundo plano, reservando-se para ela as piores terras.

Nessa situação, aqueles que só dispõem da força-de-trabalho, ficam relegados a atividades marginais, nas terras que não se prestam a pastagem ou em eventuais trabalhos, como diaristas. Com o tempo, as terras para plantio tornaram-se escassas e cada vez mais caras. É quando aparece a expulsão, para fora da agricultura, de população que antes podia emigrar para centros urbanos, à procura de emprego.

Quando isso acontecia a população rural proletarizada considerava a sua deslocação como alternativa viável para uma sobrevivência menos difícil. Esgotada a capacidade de absorção das cidades, esta população, sobrando com relação à demanda declinante de mão-de-obra no setor agropecuário, fica acampada na própria periferia rural, sofrendo um processo de deterioração, relativa e absoluta, das suas condições de trabalho e de vida. A concentração crescente de terras nas mãos de grandes proprietários, normalmente criadores de gado, dificulta o acesso à terra para os trabalhadores ru -

rais que dela necessitam para sobreviver. Os agricultores, logicamente, somente podem se fixar em terras temporariamente arrendadas, com suas plantações. Esta precariedade é mais um motivo para a emigração.

Sem condições de continuar morando/trabalhando no campo, o agricultor é expulso para a "cidade" do Ingá, que se transforma em um reservatório de mão de obra, a qual tem que se deslocar para outras regiões à procura de emprego.

Foi com base em tais hipóteses, hoje transformadas em teses demonstradas, que partiu-se para a coleta dos dados fundamentais necessários para determinar as causas do constante deslocamento da população estudada. Para tal, foi elaborado um questionário para aplicação junto aos habitantes da periferia da cidade, fazendo-se posteriormente a tabulação dos dados colhidos, que serviram como fonte primária de informação para esta tese.

Como fontes secundárias de informações, foram utilizados os dados do IBGE, do INCRA, da EMBRAPA - Campina Grande, da EMATER (escritórios de João Pessoa e do Ingá), FIPLAN - João Pessoa; e informações de entrevistas na Prefeitura Municipal, nas agências do Banco do Brasil e do Banco do Estado da Paraíba S/A no Ingá, bem como na Secretaria de Educação do município e com o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Descrição do Método de Pesquisa Empregado

Para a coleta dos dados reputados como importantes ao trabalho elaborou-se, inicialmente, um questionário para ser aplicado junto aos habitantes da "periferia" da cidade do Ingá. As principais informações buscadas eram as seguintes: origem dos entrevistados; tempo de residência na "periferia"; propriedade das casas de residência; profissão de cada entrevistado, e, no caso de agricultor, o tamanho da terra trabalhada, a forma da relação de trabalho, os períodos em que se afastam da cidade, a composição das famílias, inclusive os que não estavam morando na cidade do Ingá.

Na aplicação do questionário, prioritariamente, procurou-se entrevistar os chefes de famílias e, somente quando estes estavam trabalhando fora é que suas mulheres foram ouvidas, fornecendo os dados do marido ausente. Os viúvos, solteiros e separados responderam a questões específicas. A amostragem se fez com um critério rigoroso: entrevistas "casa sim", "casa não", ou seja, partindo-se da primeira casa onde se fez a entrevista, a casa seguinte não seria entrevistada. A pesquisa foi encerrada com a aplicação de 64 questionários, cujas respostas foram tabuladas a fim de se ter uma melhor visão do caso em estudo.

Resultados da Pesquisa

Faixa Etária, Sexo e Origem dos Entrevistados

A tabulação dos dados referentes a faixa etária, sexo e origem dos entrevistados revelou os seguintes resultados:

<u>Faixa Etária (Anos)</u>	<u>Quantidade</u>
menos de 20	-
20 a 29	5
30 a 39	16
40 a 49	9
50 a 59	10
60 a 69	12
70 a 79	11
não sabiam a idade	1

<u>S e x o</u>	<u>Quantidade</u>
Masculino	47
Feminino	17

<u>Origem</u>	<u>Total (*)</u>	<u>Urbana</u>	<u>Rural</u>
Paraíba	33	13	20
Ingá	18	13	5
Outros municípios	15	-	15
Pernambuco	10	-	10
Rio Grande do Norte	1	-	1
Não sabem	1	-	1
Total	45	13	32

(*) Pesquisada a origem apenas de 45 entrevistados.

Profissão e Rendimentos

Dos 64 entrevistados, 45 eram agricultores. Desses, 28 eram rendeiros, sendo que 17 pagavam (em 1980) renda anual abaixo de Cr\$ 500,00; 7 pagavam entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 1.000,00; 2 pagavam Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 1.500,00 e dois pagavam acima de Cr\$ 2.000,00.

Comprovou-se que 16 agricultores faziam a "broca" da terra, isto é, derrubavam as matas localizadas em serras, queimavam, destocavam e, em seguida, plantavam milho consorciado com feijão e algodão herbáceo, para efetuar a colheita em um período determinado, geralmente no mês de outubro. De dezembro a março, essas terras eram entregues aos proprietários que utilizam os restos de cultura para alimentar o rebanho

bovino. Por outro lado, somente um agricultor trabalhava em regime de parceria.

Local de Trabalho

A maior parte dos agricultores rendeiros trabalhava em terras do município com área entre um a três hectares. Dos 45 entrevistados, apenas 3 se afastavam para outros municípios, sendo que dois saíam de janeiro a março e um de maio a julho. Nesse período trabalhavam em corte de cana, desfibramento de sisal e cuidando do gado bovino, na Zona da Mata, em Pernambuco, na Zona Rural do Ingá e em Várzea Nova, na Paraíba, respectivamente.

Durante 3 meses do ano, a maioria dos agricultores ficava sem trabalhar a terra. Para sobreviver nesse período, alguns armazenavam os excessos de sua produção em silos; 15 deles trabalhavam alugado ("clandestinos") percebendo um salário entre Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00 por dia (1980). Em 1983 as diárias são de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 1.200,00.

Propriedade das Residências

Dos sessenta e quatro entrevistados, sessenta tinham "casa" própria. E, dos quatro que não eram proprietários, 2

pagavam aluguel de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 600,00 (preços de 1980) e os outros dois moravam em casas pertencentes à família.

Entre os 60 proprietários das suas residências, quarenta e cinco deles as edificaram em terrenos alheios, pagando foro anual entre Cr\$ 50,00 a Cr\$ 99,00 (preços de 1980).

Migração dos Entrevistados

Entre os 64 entrevistados, 31 pessoas haviam viajado 160 vezes com a finalidade de procurar trabalho, sendo que 43% deles saíram do Ingã mais de 15 vezes com esse propósito. As primeiras migrações ocorreram na década de 1940/1950. Na década de 1960/1970 o índice de migração foi o mais elevado, seguindo-se respectivamente os índices correspondentes a 70/80, 50/60 e 40/50.

O local mais procurado pelos entrevistados migrantes, em todos os períodos, foi a cidade do Rio de Janeiro, seguindo-se em importância muito inferior, São Paulo, Recife, João Pessoa, Piancó, Goiana, Palmares e Nazaré da Mata.

Nas primeiras migrações (1940/1950) os agricultores em sua maioria residiram entre três e cinco meses quando permaneciam até onze meses no local de destino; e entre um e três anos quando essa permanência era acima de um ano.

Nas migrações mais recentes o tempo de residência fora do Ingá concentrou-se entre 5 a 7 meses, para permanências de um a onze meses; mantendo-se entre um a três anos para permanências acima de um ano.

Migração dos Familiares

Para identificar a migração das famílias dos entrevistados, pesquisou-se a quantidade e situação de seus filhos, obtendo-se os seguintes resultados:

<u>Número de Filhos</u>	<u>Quantidade de Entrevistados</u>
sem filhos	03
0 a 5	33
5 até 10	26
10 até 15	02

<u>Sexo dos Filhos</u>	<u>Quantidade</u>
Masculino	147
Feminino	177
Total	324

<u>Estado Civil dos Filhos</u>	<u>Quantidade</u>
Solteiros	188
Homens	86
Mulheres	102
Casados	136
Homens	61
Mulheres	75

Os 64 entrevistados tiveram 260 filhos mortos anteriormente, equivalente a uma taxa de mortalidade de 44,5% dentro do universo pesquisado. A maior parte das mortes ocorreu no primeiro ano de vida do filho.

Como os entrevistados tinham 324 filhos e apenas 165 residiam com eles, questionou-se sobre o local onde residiam os restantes 159 filhos, constatando-se que 111 deles haviam migrado, enquanto alguns casados residiam em outros locais da cidade do Ingã.

Os 111 filhos dos entrevistados que migraram são maior parte casados (88 deles, contra apenas 23 solteiros). O maior índice das migrações dos filhos solteiros ocorreu na década 1970/1980. Não foram registradas migrações de filhos solteiros nos intervalos 1940/1950 e 1960/1970. Dentre os entrevistados, um deles, cujo filho migrou duas vezes, não sabia precisar quando tinha havido a migração, o mesmo ocorrendo

em relação a dois outros entrevistados, que não se lembrava o ano de migração de cada um dos filhos.

Nas primeiras migrações, a cidade do Rio de Janeiro foi a mais procurada, seguindo-se em escala insignificante : João Pessoa, São Paulo, Recife e Campina Grande. Nesse período a principal ocupação dos migrantes foi a de empregada doméstica, seguindo-se a de servente de pedreiro e de vigia. Nessas primeiras viagens, os migrantes demoraram parte um período de 1 a 3 anos, seguindo-se em importância inferior o período de 3 a 5 anos.

A migração dos solteiros se intensifica na década de 1970/1980. O lugar mais procurado continua sendo a cidade do Rio de Janeiro, seguindo-se sem maior significação Campina Grande e Piancó. Quanto às ocupações nos locais de destino, a atividade de empregada doméstica continuou a preponderar.

Os 89 filhos casados, migraram com uma frequência entre uma a três viagens. Entre 1970/1980, houve maior número de primeiras viagens, seguindo-se em importância a década de 1960/1970. O lugar mais procurado também foi o Rio de Janeiro, sendo que São Paulo já aparece atraindo uma porção maior de migrantes. Sem maior destaque, houve migração para Recife, João Pessoa, Campina Grande e Goiana. A ocupação principal foi também a de empregada doméstica, seguindo-se as de vigia, costureira, pedreiros, serventes. O tempo de residência que apresentou maior concentração situou-se em 9 anos a

mais, e, em segundo plano, entre um a cinco anos.

As últimas migrações dos filhos casados se deram no período 1970/1980, continuando a ser procurada com mais intensidade a cidade do Rio de Janeiro. As principais ocupações, nesse período, foram a de pedreiro, empregada doméstica, vigia e carpinteiro, sendo a de pedreiro a principal delas. O tempo de residência que apresentou índice mais alto foi o período de nove anos a mais.

Interpretação dos Dados

Analisando-se o quadro de origem dos entrevistados concluiu-se que dentro do universo considerado, a maioria das pessoas é de origem rural, o que reflete um processo de êxodo rural. É verdade que não se trata de algo novo, no entanto a novidade consiste no fato dessa migração acampar no Ingá por não poder escoar para os grandes centros.

Os dados anteriores, ainda que limitados, são suficientes para: demonstrar a existência de migração na região estudada.

O estudo do processo migratório pesquisado através da população periférica da cidade do Ingá, demonstra a existência de duas gerações de migrantes.

nuam influenciando no processo migratório da segunda geração.

O estado de pobreza é o resultado da falta de emprego, da baixa retribuição do trabalho e da escassez e/ou alta pressão sobre a terra. Ficou claro que o trabalho na agricultura sob a forma de arrendamento, não impediu que os proprietários de terras cedessem suas piores terras, aquelas localizadas em serras e ainda exigissem uma devolução temporária da mesma no período de março a dezembro, onde os restos seriam utilizados para o gado. Se, por um lado, há essa forma de relação de trabalho, por outro, existe o problema de escassez e/ou pressão sobre a terra. Sabendo-se que a região do Ingã tem suas matas quase devastadas, não podendo haver expansão dos campos agricultáveis que absorvem mão-de-obra na agricultura, acarretando a escassez da terra. Por outro lado, houve, como foi demonstrado no Capítulo II, um aumento populacional, do qual decorreu o aparecimento de mais mão-de-obra do que terra para se trabalhar.

Essas condições resultam da capitalização extensiva do latifúndio na região estudada, parte de um processo de acumulação capitalista mais geral. A penetração do capital que ora se apresenta no Ingã não se dá através de mecanização com introdução de tratores, arados, etc., mas sim com uma utilização maior do campo para a pastagem de gado bovino em detrimento da agricultura. Isto é perfeitamente explicável dentro da lógica capitalista, pelo fato da atividade de criar gado ser uma atividade bastante lucrativa e, que no ca

so específico do Ingá, representa a principal atividade econômica do município.

Em um sentido mais amplo, o núcleo urbano do Ingá passou a ser um reservatório de mão-de-obra para os grandes centros urbanos, João Pessoa, Campina Grande, Recife, fortalecendo (até sobressaturando) o "exército trabalhador de reserva" o que possibilitou a acumulação de capital, num processo de industrialização subvencionada.

Natureza e Funções da "Periferia" do Ingá

Não sendo objetivo deste trabalho estudar em toda a sua extensão e profundidade as relações campo-cidade, convém concentrar a atenção apenas naqueles aspectos da cidade do Ingá que se relacionam diretamente com as migrações internas. Sob este ângulo, é importante tecer algumas considerações gerais sobre as funções da sede municipal do Ingá, para desse modo situar a natureza e funções da sua "periferia".

Cabe intercalar aqui algumas considerações gerais sobre a utilização do termo "urbano" nos Censos brasileiros. Do ponto de vista político-administrativo, no Brasil se considera "urbano" todo local (e por extensão a sua população) que é sede de município (Cidade), independente do número e da atividade principal que desenvolvam os seus habitantes. Este critério político-administrativo é diferente do critério de-

mográfico e econômico-social para o qual, um local e sua população, são classificadas como *cidade* e como *urbana* quando se dá uma aglomeração mínima de habitantes (entre 5 e 20 mil) e quando a parte economicamente ativa dessa população realiza atividades econômicas e sociais não especificamente agrícolas.

O que interessa para este trabalho, não é tanto o tamanho e a classificação político-administrativa, como a natureza e as funções econômico-sociais da aglomeração populacional: INGÁ.

É sabido que toda atividade econômica do interior do Nordeste converge tradicionalmente para umas poucas cidades, principalmente, para as capitais estaduais. No caso da Paraíba, sabe-se, que a concentração espacial de atividades industriais, comerciais, bancárias e administrativas em João Pessoa e Campina Grande tem contribuído para aprofundar as disparidades intra-regionais, em termos de produção, de rendas, de emprego, de equipamentos urbanos e de bem estar social.

Durante as duas-três últimas décadas tem-se observado duas direções opostas de fluxos migratórios. Num primeiro momento aumentou a força centrípeta de João Pessoa e Campina Grande como pólos de atração de habitantes do interior do Estado. Num segundo momento, quando esgotado o curto fôlego das políticas de industrialização, chegou-se a sobressaturação da capacidade de recepção de migrantes; inicia-se naque

las cidades uma contra-corrente oposta que, atuando como força centrífuga, bloqueia as possibilidades de saída da população rural sobrante. Essa obstrução dos canais de saída, provocou a concentração de pobreza na própria área rural, que originou as "pontas de rua" ou "periferias" em sede municipais e em outros aglomerados populacionais do interior, considerados urbanos.

Existe uma relação direta entre a natureza, volume e destino da produção agro-pecuária e a dimensão, complexidade, dinamismo e funções das aglomerações urbanas.

Em geral, a função dos pequenos centros urbanos é a de apoiar, com atividades econômicas, administrativas e culturais, as áreas rurais do seu entorno imediato (hinterland).

Quando o excedente econômico da agro-pecuária é limitado e, sobretudo, quando é desigualmente repartido, tanto menos importante e mais subordinada resulta a função de intermediação e complementação das pequenas aglomerações urbanas.

O tamanho da cidade do Ingá (345 Km²), com uma população de 19.504 habitantes, a baixa densidade de população rural, a composição uniforme e o limitado grau de mercantilização da produção agro-pecuária e a sua proximidade de centros maiores (Campina Grande e João Pessoa) determinam as funções específicas de apoio rural do Ingá.

As particularidades da sede do município e da cidade do Ingã consistem em:

- fraco desenvolvimento da atividade econômica;
- dominância das relações de fora;
- mercado restringido e pouco diferenciado;
- mão-de-obra não especializada e superabundante.

Do ponto de vista da população rural, o "centro urbano" do Ingã não exerce as três funções mínimas que caracterizam os autênticos processos interativos urbano/rurais:

- a. apoiar atividades produtivas e domésticas por meio do abastecimento, produção e/ou comercialização de bens e serviços, *da e para* a agricultura.
- b. transformar ou beneficiar produtos de origem rural para a sua venda em mercados locais ou extra-locais.
- c. servir de fonte potencial de emprego e de renda local em atividades secundárias e terciárias.

O critério classificatório do "urbano" aqui adotado é operacional. Isto significa considerar o fato de que a "periferia" do Ingã é antes de mais nada um local de arribação e acampamento de forças de trabalho expulsas do campo, mas cuja atividade principal - porém instável - continua girando em torno da agricultura. Trata-se de uma população inserida

de forma precária e irregular nos circuitos mercantil-monetários, basicamente através do arrendamento de pequenas parcelas, do assalariamento temporário, da venda de serviços domésticos, da compra de bens de consumo e do Funrural, e não através de formas de produção e de troca tipicamente urbanas, como seriam as atividades de transformação industrial de matérias-primas de origem agro-pecuária, os serviços industriais, a comercialização de produtos agro-pecuários e de insumos industriais para a agricultura.

A "periferia" do Ingá é constituída por modestas casas de taipa, sem água encanada ou esgoto, muitas delas utilizando ainda luz de lamparinas, enquanto as que têm eletricidade contam em média com apenas duas lâmpadas para todos os cômodos.

O fato de a "periferia" desempenhar a função principal de local de moradia de arrendatários e trabalhadores rurais instáveis confirma a ausência de atividades tipicamente urbanas na cidade do Ingá.

Por tudo o que foi dito, pode-se concluir que a aglomeração populacional da sede municipal do Ingá tem uma função basicamente passiva (residencial) mais do que propriamente operacional e ativa, como seria a de albergar atividades de beneficiamento e transformação industrial e de prestação de serviços de apoio para a agricultura. Ingá é, assim, uma cidade que reflete com bastante clareza as características da região do agreste paraibano: densidade populacional mé-

dia e alta taxa de desemprego e subemprego, escassez de dinamismo, fraca modernização dos sistemas de produção, irregularidades climáticas que aprofundam os desequilíbrios sociais gerados pela estrutura fundiária e pelas múltiplas formas de dependência com relação a Campina Grande, João Pessoa e, em menor escala, Itabaiana, cidades que polarizam a região em estudo e esvaziam de conteúdo as possíveis funções de comple-mentação ativa urbano/rural que caberiam a Ingá.

CAPÍTULO IV
RESUMO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO IV - RESUMO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise anterior sobre as relações causais entre estrutura fundiária, sistemas de produção e de emprego, de um lado, e movimentos populacionais e migração estagnada na periferia rural, de outro, podem-se tirar algumas conclusões globalizantes, sugestivas para aprofundamentos e discussões futuras.

Em primeiro lugar, na fase de acumulação monopolista com alta densidade de capital verifica-se que o mercado de trabalho regional e nacional não é capaz de absorver em larga escala a mão-de-obra liberada pela agricultura. Mais ainda, a dimensão do mercado de trabalho reduz-se cada vez mais com relação a crescente demanda de postos de trabalho apresentada pela expansão demográfica e pelos processos de proletarianização dos camponeses. A queda absoluta da oferta de postos de trabalho por parte do capital em funções não se explica exclusivamente pela conjuntura de crise, mas sobretudo por uma tendência profunda que acompanha o movimento cíclico do capital: a do aumento da estrutura orgânica (c/v) *pari passu* ao progresso tecnológico que a concorrência capitalista impulsiona.

Na fase de construção industrial brasileira, a queda dos investimentos produtivos e a sub-utilização das capacidades produtivas instaladas, aprofunda brutalmente os desequi-

lábrios e as rupturas do mercado de trabalho, em especial, nas áreas menos desenvolvidas como a Paraíba.

Em segundo lugar, do estudo do caso Ingá infere-se que existe uma relação interativa entre a estrutura fundiária concentradora e o seu sistema de produção, de um lado, e o processo de expulsão de mão-de-obra rural. À medida que se reduz a área de lavouras (pela expansão da pecuária e pela crescente vulnerabilidade das pequenas explorações, que não podem suportar os danos causados pela seca e pela praga do bicudo do algodoeiro), intensifica-se a expulsão de trabalhadores rurais e, com isso, aumenta dramaticamente o desemprego e a miséria da periferia local.

Em terceiro lugar, os fatos considerados tornam difícil falar de uma *reserva de mão-de-obra* rural, no sentido de exército de reserva do capital. Como a experiência empírica vem demonstrando ao longo das últimas décadas, os reservatórios de população rural "supérflua" não são mobilizados realmente pelo capital nem sequer nas suas fases de alta conjuntura econômica. Estaria-se, portanto, ante um processo de decomposição/destruição de grandes contingentes de população situadas no fundo amplo do desemprego (vide gráfico 1 e 2). A determinação do custo da força de trabalho (sob a forma de salário) não se faz - em tais condições - aos preços reais dos bens indispensáveis à sobrevivência, mas a níveis inferiores às exigências mínimas de reprodução biológica, o que leva a uma destruição rápida de recursos humanos, comparável com os desastres ecológicos causados por uma indústria

lização selvagem de tipo colonial.

Em quarto lugar, embora de forma indireta, torna-se evidente a relação entre a capitalização do latifúndio, através da expansão da pecuária (isto é, do aumento do capital em pastagens e gado) e as alterações da estrutura social, caracterizada, em primeira instância, pela estagnação da população rural e pela falsa urbanização do município. Verifica-se que não é o aumento da produtividade do trabalho rural e da fertilidade das terras, nem a sobrecarga homens/terra, a verdadeira causa das crescentes dificuldades de acesso à terra e aos outros meios de produção para as camadas inferiores (em termos fundiários). É a possibilidade de obter financiamento subsidiado, privilégio dos grandes proprietários, o que impulsiona a concentração de capital-terra e capital-gado e altera, concomitantemente, o sistema tradicional de produção (pecuária/algodão/culturas alimentares de subsistência).

Em quinto lugar, os dados analisados levam à conclusão de que os condicionamentos econômico-sociais da migração rural estão diretamente relacionadas com os sistemas de produção e com as correspondentes formas de trabalho.

Em sexto lugar, a única alternativa que parece compatível com o contexto de um capitalismo menos selvagem seria uma reprodução *dirigida e participativa* da força de trabalho, implicando redirecionamento dos movimentos populacionais. Para tal seria precisa uma combinação de forças so -

ciais distinta da atual, capaz de gerar uma vontade política de mudança, implementando políticas de desenvolvimento menos desequilibrador e menos injusto para melhorar a distribuição social e geográfica dos benefícios do crescimento econômico.

Não é incompatível a prioridade para a criação de empregos e a produção de alimentos básicos com a preocupação da renda das exportações. O problema é de ordem e grau das prioridades sociais.

Para finalizar este trabalho, falta mencionar as limitações fundamentais de ordem prática. Além das restrições metodológicas salientadas na Introdução e no Capítulo I ao se tratar - em parte a conceitualização da "reserva" de mão de obra rural da periferia - há outras de ordem operacional que devem ser enfatizadas. Dizem a respeito da pobreza estatística. O grau de veracidade e de detalhamento das estatísticas demográficas, do emprego e do assalariamento, está muito aquém do desejável, de existirem informações exatas e completas os resultados teriam sido mais precisos e incisivos. Apesar disso, como se pode verificar ao longo dos estudos, as informações reunidas resultam relevantes.

A nossa esperança é poder contribuir, ainda que no plano puramente intelectual, para um melhor conhecimento das causas sócio-econômicas da migração interna e, com isso, para a formulação de soluções mais efetivas de redução dos graves desequilíbrios sociais da região.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. & CAVALCANTI, Clóvis^x
de Vasconcelos. Desenvolvimento Regional no Brasil,
Brasília, IPEA, 2a. Edição, 1978.
- 2 - ANDRADE, Bonifácio (coord.). Migrações Sazonais no Nor-^x
deste; relatório de pesquisa, Recife, UFPE, MINTER/
SUDENE, Série: População e Emprego, 11, 1981.
- 3 - ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordes^x
te, São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 3a. Edição ,
1973.
- 4 - _____. Cidade e Campo no Brasil, São Paulo, Editora Brasi[⊗]
liense S.A., 1974.
- 5 - _____. O Planejamento Regional e o Problema Agrário no[⊗]
Brasil, São Paulo, Editora HUCITEC, 1976.
- 6 - _____. Agricultura & Capitalismo, São Paulo, Livraria Edi[⊗]
tora Ciências Humanas Ltda., 1979.
- 7 - _____. Estado, Capital e Industrialização do Nordeste, Rio[⊗]
de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- 8 - _____. Nordeste: A Reforma Agrária Ainda é Necessária?[⊗]
Recife, Editora Guararapes Ltda., Cadernos Guararapes

2, 1981.

- 9 - BALÁN, Jorge. Urbanização, Migrações Internas e Desenvolvimento Regional: Notas para Discussão, In MOURA, Hélio A. de. (coord.) Migração Interna; textos selecionados, Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.
- 10 - CHALOUT, Yves. Estado, Acumulação e Colonialismo Interno; contradições Nordeste/Sudeste, 1960-1977, Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1978.
- 11 - COSTA, Manuel Augusto. Urbanização e Migração Urbana no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
- 12 - FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba. Anuário Estatístico da Paraíba, João Pessoa, 1980.
- 13 - FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 3a. Edição, 1965.
- 14 - _____. Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.
- 15 - GOODMAN, David Edwin & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.
- 16 - GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária, Rio de Ja-

neiro, Editora Paz e Terra, 1979.

- 17 - HOFFMANN, Helga. Desemprego e Subemprego no Brasil, São Paulo, Editora Ática, 2a. Edição, 1980.
- 18 - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. 17, Rio de Janeiro, 1960.
- 19 - _____. Censo Demográfico - Paraíba, Rio de Janeiro, vol.1, Tomo 9, 1973.
- 20 - _____. Produção Agrícola Municipal - 1978, Paraíba, Rio de Janeiro, Tomo 2, vol. 5, 1979.
- 21 - _____. Produção Agrícola Municipal - 1979, Paraíba, Rio de Janeiro, Tomo 2, vol. 6, 1980.
- 22 - _____. Produção Agrícola Municipal - 1980, Paraíba, Rio de Janeiro, Tomo 2, vol, 7, 1982.
- 23 - _____. Censo Demográfico - Paraíba; dados distritais, Rio de Janeiro, vol. 1, Tomo 3, 1982.
- 24 - _____. Censo Demográfico - Paraíba; dados gerais - migração - instrução - fecundidade - mortalidade, Rio de Janeiro, vol. 1, Tomo 4, 1982.
- 25 - _____. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - Paraí-

ba, Rio de Janeiro, vol. 2, Tomo 1, 1982.




- 26 - _____. Censo Demográfico - Paraíba; mão de obra, Rio de Janeiro, 1983.
- 27 - _____. Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, vol. 43, 1983.
- 28 - INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sistema Nacional de Cadastro Rural - Cadastro de Imóveis Rurais, Brasília, 1972.
- 29 - _____. Sistema Nacional de Cadastro Rural - Relação para Prefeitura - ITR, Brasília, 1983.
- 30 - JATOBÁ, Jorge (coord.) . Emprego no Nordeste 1950-1980; modernização e heterogeneidade; um estudo para uma política de emprego, Recife, SUDENE, Série População e Emprego, 1983.
- 31 - LIRA, Gitana Maria Figueirêdo. O Homem ou o Boi - O Rocado ou o Capim, Campina Grande, UFPB-CH-DSA, Dissertação de Mestrado, 1983.
- 32 - LOPES, Juarez Rubens Brandão. Do Latifúndio à Empresa; unidade e diversidade do capitalismo no campo, Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 2a. Edição, 1981.
- 33 - MACHADO, Luiz Antônio (coord.) & PESSOA, Helena L. (coord.)

Estratos Ocupacionais de Baixa Renda, Recife, SUDENE-DRH, Série População e Emprego, vol. 2, 1978.

- 34 - MARTINE, George & PELIANO, José Carlos P. Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano, Brasília, IPEA/IPLAN, 1978.
- 35 - MARTINS, José de Souza. A Imigração e a Crise do Brasil Agrário, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1973.
- 36 - MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política, São Paulo, Martins Fontes Editora Ltda., 1a. Edição, 1977.
- 37 - _____. O Capital, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A.
- 38 - MELLO, Maria Conceição D'Incao e. O Bóia Fria: Acumulação e Miséria, Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 5a. Edição, 1977.
- 39 - MELO, Mário Lacerda de. Proletarização e Migração nas Regiões Canavieiras e Agrestina de Pernambuco, In MOURA, Hélio A. de. (coord.) Migração Interna, textos selecionados, Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.
- 40 - MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H. População e Desenvolvimento Econômico no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

- 41 - MOREIRA, Ivan Targino. Nordeste: Terra de Arribação; um estudo de fatores determinantes do processo migratório no nordeste, Recife, CME-PIMES, Dissertação de Mestrado, 1978.
- 42 - MOURA, Hélio A. de. O Balanço Migratório do Nordeste no Período 1950/1970, In MOURA, Hélio A. de. (coord.) Migração Interna, textos selecionados, Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.
- 43 - MUÑOZ, Humberto & OLIVEIRA, Orlandina de. A Migração Interna na América Latina: Exposição e Crítica sobre algumas análises, In MOURA, Hélio A. de. (coord.) Migração Interna, textos selecionados, Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.
- 44 - NETO, Leonardo Guimarães. O Emprego Urbano no Nordeste; ~~ⓧ~~ situação atual e evolução recente 1950/1970, Recife, BNB, ETENE, GEDUR, 1976.
- 45 - OLIVEIRA, Orlandina de & STERN, Cláudio. Notas sobre a Teoria da Migração Interna: aspectos sociológicos, In MOURA, Hélio A. de. (coord.) Migração Interna, textos selecionados, Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.
- 46 - PEREIRA, Wladimir. Demografia do Subdesenvolvimento, São Paulo, Edição Saraiva, 1a. Edição, 1978.
- 47 - PRADO, Eleutério F.S. Mínimo de Subsistência e Pobreza ~~ⓧ~~

no Nordeste: alguns aspectos quantitativos, In OLIVEIRA, José Inácio de. (coord.) Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, vol. 14, 1983.

- 48 - RAVENSTEIN, E.G. As Leis da Migração, In MOURA, Hélio A. de. (coord.) Migração Interna, textos selecionados, Fortaleza, BNB/ETENE, 1980.
- 49 - REY, Pierre-Philippe et alii. El Proceso de Proletarización de los Campesinos, México, Editorial Terra Nova S.A., 1980.
- 50 - SALES, Teresa. Agreste, Agrestes; transformações recentes na agricultura nordestina, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982. 
- 51 - SAMPAIO, Yony & FERREIRA, José. Emprego e Pobreza Rural, Recife, CME - PIMES - UFPE, 1977. 
- 52 - SAUVY, Alfred. Elementos de Demografia, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- 53 - SILVA, José Graziano da. (coord.) et alii. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, Editora HUCITEC, 2a. Edição, 1980. 
- 54 - _____. A Modernização Dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

- 55 - SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização, São Paulo, Editora Brasiliense, Edições CEBRAP, 1973.
- 56 - _____. Dinâmica Populacional e Desenvolvimento, São Paulo ~~(X)~~, Editora HUCITEC, 2a. Edição, 1976.
- 57 - SOUZA, Itamar de. Migrações Internas no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes Ltda., em co-edição com a Fundação José Augusto (Natal, RN), 1980.
- 58 - SUAREZ, Maria Teresa S. de Melo. Cassacos e Corumbas, São Paulo, Editora Ática, 1977.
- 59 - SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ~~(X)~~. Departamento de Recursos Naturais. As Secas do Nordeste; uma abordagem histórica de causas e efeitos, Recife, 1981.
- 60 - SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. Vida Rural e Mudança Social, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979. ~~(X)~~
- 61 - WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária; suas articulações na economia açucareira de Pernambuco, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

A N E X O

NOME DO INFORMANTE _____

IDADE _____ SEXO _____ ESTADO CIVIL _____

I - O SENHOR É APOSENTADO? SIM _____ NÃO _____

II - AONDE NASCEU O SENHOR?

NOME DO SÍTIO/OU DA RUA NO CASO DE TER NASCIDO NA CIDA
DADE DO INGÁ _____

NOME DO MUNICÍPIO _____

NOME DO ESTADO _____

III - ONDE MOROU O SENHOR ANTES DE VIR A RESIDIR AQUI?

NOME DO SÍTIO _____

NOME DO MUNICÍPIO _____

NOME DO ESTADO _____

IV - HÃ QUANTO TEMPO MORA NA CIDADE DO INGÁ? _____

V - HÃ QUANTO TEMPO MORA AQUI NO BAIRRO? _____

MOROU EM OUTRO LOCAL DA CIDADE?: SIM _____

EM QUANTAS CASAS? _____

NÃO _____

VI - A CASA É PRÓPRIA? SIM _____ NÃO _____

QUANTO PAGA DE ALUGUEL? _____

O CHÃO É PRÓPRIO? SIM _____ NÃO _____

QUANTO PAGA DE FORO? _____

A QUEM PAGA O FORO? _____

VII - O SENHOR É AGRICULTOR?

SIM _____ QUAL A ÁREA DA TERRA? _____

A TERRA É PRÓPRIA? SIM _____ NÃO _____

A TERRA É ALUGADA? SIM _____ NÃO _____

QUANTO PAGA AO ANO? _____

A TERRA É EM PARCERIA? SIM _____

MEIA _____

TERÇA _____

OUTRA(S) FORMA(S) DE RELAÇÃO _____

VIII - DURANTE O ANO O SENHOR TRABALHA FORA DO INGÁ?

SIM _____ EM QUE MÊS(ES) DO ANO? _____

EM QUE TRABALHA O SENHOR? _____

EM QUE LUGAR? MUNICÍPIO _____

ESTADO _____

IX - O SENHOR TRABALHA ALUGADO?

SIM _____ QUANTO A DIÁRIA? _____

NÃO _____

X - JÁ MIGROU? (RIO, SÃO PAULO, RECIFE, etc.) SIM _____

SE SIM: (QUANTAS VEZES? _____ NÃO _____

Nº DE ORDEM	ANOS DE CADA MIGRAÇÃO	DESTINO	ATIVI DADE	TEMPO DE RESIDÊNCIA
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				

XI - NÚMERO DE FILHOS VIVOS _____ HOMENS _____ MULHERES _____

MORTOS _____ IDADE _____

FILHOS SOLTEIROS M _____ F _____

FILHOS CASADOS M _____ F _____

XII- PESSOAS QUE VIVEM ATUALMENTE NA CASA (NÃO INCLUIR O INFORMANTE)

NOME	SEXO	IDADE	PARENTESCÔ	OCUPAÇÃO	GANHA ALGUMA COISA
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO
					SIM NÃO

- QUAL DESSAS PESSOAS É APOSENTADA? _____

XV - ALGUÉM DA FAMÍLIA TRABALHA EM LABIRINTO OU EM ALGUM
SERVIÇO DOMÉSTICO (FORA DE CASA)?

OBSERVAÇÃO: _____

ENDEREÇO DA ENTREVISTA: RUA _____

BAIRRO _____

NOME DO ENTREVISTADOR _____

DATA: ____ / ____ / ____